

Agripa Faria Alexandre

PRÁTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL

definições e trajetórias

PRÁTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL:
definições e trajetórias

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Alvaro Toubes Prata

Vice-Reitor

Carlos Alberto Justo da Silva

EDITORA DA UFSC

Diretor Executivo

Sérgio Luiz Rodrigues Medeiros

Conselho Editorial

Maria de Lourdes Alves Borges (Presidente)

Carlos Eduardo Schmidt Capela

Clélia Maria Lima de Mello Campigotto

Ione Ribeiro Valle

João Pedro Assumpção Bastos

Luís Carlos Cancellier de Olivo

Miriam Pillar Grossi

Sérgio Fernandes Torres de Freitas

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

Caixa Postal 476

88010-970 – Florianópolis-SC

Fone: (48) 3721-9408

editora@contato.ufsc.br

www.editora.ufsc.br

Agripa Faria Alexandre

PRÁTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL:
definições e trajetórias

© 2012 Agripa Faria Alexandre

Direção editorial:

Paulo Roberto da Silva

Capa e editoração:

Paulo R. da Silva

Revisão:

Heloisa Hübbe de Miranda

Ficha Catalográfica

(Catalogação na fonte elaborada pela DECTI da Biblioteca Central da
Universidade Federal de Santa Catarina)

A381p Alexandre, Agripa Faria

Práticas ambientais no Brasil : definições e trajetórias /
Agripa Faria Alexandre. – Florianópolis : Editora da UFSC, 2012.

106 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-328-0590-4

1. Desenvolvimento sustentável – Aspectos antropológicos.
2. Ecologia – Estudos interculturais. 3. Política ambiental –
Brasil. I. Título

CDU: 304:577.4



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

br.creativecommons.org

Para minha mãe, meu filho e
minha esposa.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaríamos de registrar nossos agradecimentos aos professores do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, com os quais pudemos construir a reflexão inicial para este livro. Na verdade, foi com a contribuição deles que empreendemos boa parte da reflexão de base de minha tese, em 2003, intitulada *Ambientalismo político, seletivo e diferencial no Brasil*. Agradecemos as valiosas críticas ao nosso enfoque de reconstrução da cultura do ambientalismo em nosso país expressas pelos professores Luiz Fernando Scheibe, Oscar Calavia Sáez, Sérgio Schmitz, Darlei Dall’Agnol e Michèlle Sato. Em particular, agradecemos aos nossos orientadores, professores Selvino Assmann e Paulo Krischke, pela demonstração de carinho e sabedoria.

Agradecemos igualmente aos amigos Julio Cesar Chevallier de Castro, Guarim Liberato, Leo Vinicius Maia Liberato e Toni Eerola, pelo apoio intelectual sincero e estimulante.

Por fim, agradeço à minha amada esposa Sandra e ao meu amado filho Thales.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1	
PRIMEIRO OLHAR CONCEITUAL	25
Capítulo 2	
REFERENCIAIS TEÓRICOS QUE ORIENTAM AS PRÁTICAS AMBIENTAIS	41
Capítulo 3	
RESGATE EXEMPLIFICATIVO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL	55
Capítulo 4	
DEMOCRACIA E POLÍTICA BRASILEIRA PARA A SUSTENTABILIDADE	65
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS	99

PREFÁCIO

AMBIENTALISMO: POLISSEMIA E CARNAVALIZAÇÃO?

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, reunida no Rio de Janeiro em 1992, parece haver um consenso mundial acerca da necessidade de um “desenvolvimento sustentável”, como superação do atual modelo internacional de (des)organização e (des)regulamentação da economia. Mas será que esse consenso de mudança existe realmente? Ou trata-se apenas de uma peça publicitária, jurídica e jornalística, divulgada pela mídia, as declarações internacionais e as campanhas eleitorais?

Pois afinal, quando se trata de saber mais exatamente o que vai ser feito para mudar, parece haver muita divergência acerca do(s) significado(s) do “ambientalismo” e da “sustentabilidade”. Para dar só um exemplo atual, os poucos resultados da reunião da ONU sobre as mudanças climáticas, realizada em Copenhague, em dezembro de 2009, não acordaram nenhuma ordenação sobre a prioridade dos investimentos no mundo – fortemente abalados pela crise e desarticulação financeira de 2008. Ou seja: seguiremos injetando os recursos públicos aleatória e incondicionalmente, apenas para evitar a sangria dos grandes empresários?

Um dos méritos deste livro é o questionamento desse falso consenso sobre o significado de “ambientalismo” e de outras palavras da moda, que

todos aplaudem, às vezes sem reconhecer os seus (muitos) significados. Entre outras coisas, o livro retrata a própria diversidade interna do movimento ambientalista em todo o Brasil, mostrando na prática que não existe acordo sobre o tema, mesmo entre os militantes “verdes”.

Estes textos de Agripa Faria Alexandre surpreendem agradavelmente os seus leitores – colegas, amigos, ex-alunos, ex-professores, e talvez ainda mais aqueles que os encontram aqui pela primeira vez. O livro se divide em breves capítulos, todos de fácil leitura, encadeados na linha central de esclarecimento do tema. O primeiro capítulo convoca os leitores ao problema conceitual de partida: o contraste entre teoria e prática, ideologia e reflexão teórica, incentivando uma visão interativa do problema.

No segundo capítulo, o autor admite as múltiplas tarefas inter-relacionadas da ecologia política, que subjazem à tipologia internacional adotada pelo estudo. O capítulo seguinte discorre sobre os dados da pesquisa nacional do autor, que descrevem e interpretam a diversidade teórica e prática dos projetos ambientalistas, em todas as regiões do país.

As últimas partes do livro focalizam os possíveis desenlaces desse cenário de múltiplas tendências. É atribuída ao Estado brasileiro a continuidade do protagonismo, que já tem assumido desde o início dos debates ambientais no país. Isto garante “a sustentabilidade como dado estruturante das práticas ambientais” – culminando na ação internacional sobre as mudanças climáticas, e em defesa da biodiversidade.

O fio condutor deste livro poderia não surpreender ninguém, já que alguns dos seus capítulos circularam anteriormente sob outras formas, no sério formato de revistas acadêmicas, ou ainda como parte da tese do autor. Porém, sua junção neste livro é surpreendente, primeiro porque a habilidade literária do autor transmite sua mensagem de um modo inesperado, fluente e coloquial, que usualmente passa distante dos textos acadêmicos.

E não se trata apenas de uma competência simples, de manejo jornalístico da linguagem cotidiana. Isto, aliás, também é difícil de

conseguir, e os jornalistas e ficcionistas profissionais se esmeram no cultivo e atualização escrita da linguagem coloquial. Mas o inesperado e surpreendente dos textos de Agripa Faria Alexandre reside não apenas na sua forma, mas principalmente em seu conteúdo. E aqui devemos assinalar mais de uma condição para o conteúdo inesperado deste livro.

A primeira condição é bastante usual e necessária, para todos os relatos de pesquisadores e doutores universitários. Trata-se da contribuição original, de inovação e descoberta, que todo trabalho científico deve proporcionar aos seus leitores, e à comunidade acadêmica em especial. Afinal, a formação universitária de um docente ou pesquisador com doutorado constitui um grande investimento social, familiar e pessoal, que esse profissional deve retornar à sociedade, sob a forma de novos conhecimentos que serão compartilhados pela comunidade.

Mas o inesperado do conteúdo deste livro, é que nele o autor reformula, redefine e inova em cada capítulo, muito daquilo que **ele mesmo** havia escrito ou publicado antes, em textos independentes. Esses trabalhos relatam pesquisas feitas ao longo dos últimos anos, que esclareceram aspectos sucessivos do tema central. Contudo, apresso-me a esclarecer também que esta sensação de mudança pode ser apenas uma apreciação equivocada, que tive dos trabalhos anteriores do autor. E ele é certamente livre para reformular ou reapresentar o seu pensamento como e quando queira. Seja como for, o conteúdo deste livro manifesta uma capacidade de inovação e criatividade, que vem surpreender todo aquele que já ouviu falar em ambientalismo e sustentabilidade no Brasil.

A segunda condição que o texto exhibe, para justificar o conteúdo variável que articula, numa concepção inovadora do tema, é a conceituação teórico-metodológica de “polissemia.” O autor refere-se à fonte que invoca; no meu entender, trata-se de reconhecer a existência de diferentes e até opostas definições semânticas – ou seja, acerca do **significado** dos vários subtemas e processos, tais como os de sustentabilidade, meio ambiente, desenvolvimento, democracia, etc. Se há assim, uma pluralidade de definições e conceitos diferentes sobre

esses assuntos tão candentes da atualidade mundial e brasileira, não é de se estranhar que o próprio autor tenha revisto, e esteja constantemente aperfeiçoando sua visão dos mesmos.

“Que coisa rara!”, poderia dizer o leitor afeito a encontrar esses temas travestidos pela mídia e os discursos oficiais – como dotados de “seriedade científica”, “objetiva”, materialidade indiscutível e consensualmente reconhecida por todos. Ou, ainda, como temas que, além de “naturalizados” como inescapáveis, são também “sobrenaturalizados” quando relacionados a uma religiosidade subjacente – como se o aquecimento global fosse sinônimo de Juízo Final, castigo imperdoável pelos nossos pecados. E não como a crise histórica que é realmente: a consequência de decisões e escolhas equivocadas, que talvez ainda pudessem ser corrigidas por outras ações contrárias.

O caráter histórico desse debate merece nossa atenta consideração. Convém recordar a concepção de polissemia adotada por Mikhail Bakhtin (1977, p. 38), o grande linguista russo, que foi perseguido pelo stalinismo: “As palavras são tecidas de uma multidão de fios ideológicos, e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. Portanto, “cada palavra apresenta-se como arena reduzida, onde se entrecruzam e disputam orientações contrárias” (BAKHTIN, 1977, p. 67).

Bakhtin também logo pergunta: “Como conciliar a polissemia da palavra erigida em princípio e a sua unicidade? Uma palavra onissignificante é realmente uma palavra? Pois bem: é sim. A multiplicidade de significações é o que constitui uma palavra como tal. É a pluralidade de acentuações da palavra que a torna viva” (BAKHTIN, 1970, p. 115-116; 145-146). “A significação é o efeito da interação entre o locutor e o receptor. É a fásca elétrica que brilha no contato entre polos opostos. Somente a corrente da comunicação fornece à palavra a luminosidade do seu significado” (BAKHTIN, 1970, p. 147).

Esta concepção de polissemia recusa qualquer conotação relativista. Nem todas as definições do tema têm o mesmo peso ou

valor histórico. Nas palavras de Bakhtin (1977, p. 131), “É apenas na medida em que a obra é capaz de estabelecer um vínculo orgânico e ininterrupto com a ideologia do cotidiano de uma época dada, que se torna capaz de viver nessa época (e isto, bem entendido, nos limites de um dado grupo social)”.

Pensei concluir este prefácio com outro conceito-chave de Bakhtin, sobre “carnavalização”, mas como não há espaço, termino apenas com um exemplo. O termo se refere à cultura popular em veia satírica, para mostrar a inversão que estabelece a ideologia do cotidiano, diante daquelas tradições “sérias” da ciência ou da religião dominante. Eis o exemplo: as palavras divulgadas pelo noticiário internacional, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Convenção da ONU sobre a mudança climática em Copenhague, em dezembro de 2009: “Eu vim aqui porque creio em Deus, e acredito em milagre! Não poderia deixar de participar deste milagre!”

Não será por acaso que o presidente recebeu, logo a seguir dos empresários, o título de Estadista Global, do Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, em janeiro de 2010. Ele faz por merecer o título, e certamente não é o único!

Paulo J. Krischke

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Le Marxisme et la philosophie du langage: essai d'application de la methode sociologique em linguistique*. Paris: Minuit, 1977.

_____. *François Rabelais et la culture populaire sous la Renaissance*, Paris: Gallimard, 1970.

INTRODUÇÃO

O livro é resultado de uma pesquisa que realizamos com o fim de explicar as práticas ambientais brasileiras entendidas como tais. Aparentemente, parece se tratar de uma mera descrição de incorporação da temática ecológica na cultura política brasileira. Mas nossa hipótese de trabalho denunciava a existência de uma rede estruturante de ações e práticas sociais que estariam a incluir a temática ambiental dentro de uma lógica do capital econômico e cultural já estabelecida entre nós. As entrevistas com mais de 260 representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientalistas das cinco regiões geográficas do país vieram a confirmar a hipótese de que as práticas ambientais não constituem atitudes isoladas e desprendidas entre nós. Elas possuem raízes que dependem dos modos de vida dos brasileiros, estão articuladas em espaços sociais diferentes culturalmente e são também seletivas, no sentido de que o mercado e as políticas de financiamento do Estado as sustentam muitas vezes decisivamente. A pesquisa logrou, portanto, explicar o caráter sociológico e antropológico das práticas ambientais brasileiras.

Até então as pesquisas realizadas anteriormente estavam interessadas em colher o “dado” da consciência ecológica, referido como expressão do entendimento efetivo das relações sociais. Pesquisas como *O que o brasileiro pensa da ecologia* (CRESPO; LEITÃO, 1993) foram desenvolvidas a partir da crítica ao entendimento de uma

incorporação dos valores ecológicos no Brasil, um entendimento que foi “construído” por ocasião da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco92, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Era preciso ir além. A tarefa não consistia em reunir maior número de dados, mas sim de alocar um referencial teórico que pudesse expressar como as práticas sociais diferem de manifestações da consciência tomadas como dado absoluto do entendimento dos atores sociais. O referencial da filosofia da consciência, muito comum na maioria dos aportes empíricos e analíticos de pesquisa nas ciências sociais, foi desprezado em favor de um referencial essencialmente discursivo, com base na *Teoria da Ação Comunicativa* de Jürgen Habermas (1984). Dessa forma, foi possível dotar o padrão das entrevistas de um conteúdo teórico que pressupõe que preferências de valor como o discurso em prol da ecologia e da sustentabilidade apenas apresentam uma racionalidade comunicativa ao mundo da vida, isto é, de onde as pessoas de fato agem e articulam os valores que dizem defender. A intenção não era apenas desfazer a ideia de que esses valores não existem sozinhos, afastados do envolvimento com outros valores da sociedade, um equívoco que herdamos da tradição racionalista cartesiana. A intenção era demonstrar que a realidade social é verdadeira, na medida em que ela é comunicada, e o que é dito como verdade deve também ser veraz, ou seja, deve conter facticidade. A associação das práticas sociais com relação ao mercado, à comunidade, à cultura e ao Estado foi requerida dos atores sociais nas entrevistas.

Por isso, entendemos que o trabalho de pesquisa reflete em maior profundidade as definições de práticas ambientais entre nós. O livro é composto de quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos os primeiros pressupostos teóricos e conceituais que fundamentam a análise sobre a trajetória das práticas ambientais brasileiras. Entendemo-lo como uma introdução à abordagem sobre o significado das práticas ambientais para uma cultura política nacional que, em certa medida, está aberta à reorientação de valores e atitudes.

Os conceitos de John Rawls (2000) e Jürgen Habermas (1994, 1997) sobre o sentido da vida democrática são basicamente referidos para explicar a dinâmica do aprendizado político de uma cultura moderna como a cultura brasileira. Essa dinâmica é definida como um reflexo da capacidade dos atores sociais de interferirem, com suas ações, na constituição, exame e reexame de normas do sistema democrático. Ela é também perceptível na análise dos dados quantitativos e qualitativos das demandas às instituições tradicionais do sistema liberal, seja por intermédio da ação dos partidos políticos, seja por intermédio da ação de diferentes associações da sociedade civil. Nesse sentido, o entendimento da sociedade brasileira compreende a coexistência de diversos fundamentos dessa sociedade, tal qual é comum aos regimes democráticos pluralistas. Em referência a isso, vale destacar, como exemplo, a representatividade da sociedade civil como marca da política nacional de meio ambiente, de recursos hídricos e das cidades. Essas políticas contemplam uma significativa participação de vários setores sociais com demandas diversas, legitimando também, direta e indiretamente, uma variada gama de conflitos de interesses contrapostos, os quais, inclusive, judicializam-se.¹

A opção pela abordagem dos conceitos rawlsiano e habermasiano, respectivamente referidos como *construtivismo rawlsiano de cultura política pública* e *procedimento habermasiano do agir comunicativo*, opõem-se, assim, a uma análise abrangente da sociedade como ancorada na noção tradicional do ideário utilitarista. É muito comum associar-se noções de ecologia e de práticas ambientais a uma única ideia de bem capaz de satisfazer as exigências de sustentabilidade para uma sociedade entendida como bem ordenada, através das expressões comuns ao ideário nacional: interesse da nação, do povo brasileiro e do desenvolvimento do país, etc. O conteúdo da doutrina utilitarista da felicidade para o maior

¹ Um panorama dos conflitos socioambientais brasileiros é tratado em Alexandre (2004).

número de pessoas tende a ser redefinido por intermédio de uma noção estreita e simplista que conjuga desenvolvimento econômico sustentável com preservação da natureza. O nexos entre essas duas dimensões aponta para um tipo único e inescapável de solução dos problemas sociais. Muitas vezes, a redefinição de uma espécie de utilitarismo ambiental é reportada por jornalistas, governantes e técnicos de diversas áreas de modo a isolar as questões ambientais como “entraves ambientais”. Veja-se, por exemplo, a polêmica do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco ou de outras obras do programa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva de aceleração do crescimento (retomada do projeto nuclear, construção de usinas termelétricas, etc.). Numa e noutras assume-se a questão ambiental como um entrave mesmo, no sentido de que não há limites para a ação humana. O enfoque utilitarista ambiental não preenche a necessidade de análise de situações culturais singulares comuns à diversidade da realidade brasileira, pois visa justificar e legitimar interesses gerais abrangentes do lema utilitarista.

Em linhas gerais, portanto, a *concepção construtivista rawlsiana de cultura política pública* é utilizada neste livro a fim de demarcar a natureza social e prática (e não de concepções ideais e metafísicas) da ação dos verdes. Com esse entendimento, assinalamos existir, na sociedade brasileira, o que Rawls denominava de uma *interface consensual* entre valores políticos e inúmeros valores sociais, que têm possibilitado uma *horizontalidade consultiva*² entre as ações ambientais e as instituições tradicionais do

² Rawls (1992) se referia a uma “hierarquia consultiva” quando da análise de situações de diálogo entre novos movimentos sociais e instituições públicas tradicionais do sistema liberal. Optamos pela expressão horizontalidade consultiva com o objetivo de ressaltar a existência de uma construção de cultura política pública menos hierárquica e mais expansiva, a exemplo da que é responsável por criar os canais de participação direta da sociedade civil brasileira. Como exemplo, o Fundo Nacional de Meio Ambiente constitui o maior e mais antigo fundo de participação democrática do país, desde o período da redemocratização, sendo responsável por investimentos de demandas incentivadas e espontâneas, que envolvem a participação de municípios e demais setores estatais, além da participação direta de entidades ambientalistas.

sistema político (partidos e órgãos de governo), permitindo uma história de aprendizado social e político com ganhos normativos para a sociedade. Por sua vez, o conceito de Habermas para procedimentos comunicativos refere-se à importância de se considerar que a trajetória das práticas ambientais é mediada por conteúdos morais. O espaço da moralidade está na política e não no interior dos sujeitos restritamente. Qualquer ideário das práticas ambientais apresenta-se associado à linguagem, isto é, à capacidade discursiva dos seus atores de encontrarem ressonância dos seus interesses nas bases de amparo da normatividade social. De outra forma, não seria pertinente se adequar o título do livro à trajetória das práticas ambientais se não houvesse, da parte demonstrativa dos verdes, um potencial performático, heurístico e disruptivo para a ordem social.

Ainda com relação ao primeiro capítulo, apresentamos a forma como a cultura brasileira é compreendida pela tradição acadêmica das ciências sociais no que concerne ao tema da incorporação do discurso modernizante. Esse ponto é fundamental. O discurso acadêmico modernizante salienta, como positividade absoluta, a racionalização e secularização das práticas sociais, em termos de “ganhos e benefícios” do aprofundamento do desenvolvimento econômico, do controle da natureza pela ação instrumental da ciência e da atividade estatal de implementação de um modelo de pertencimento e de conformação de interesses associados a cada nação. O conceito central de *modernidade crítica* é empregado aqui com o objetivo de apontar os limites dessa associação direta. Por implicação, *modernidade crítica* visa distinguir também aqueles mesmos argumentos erigidos na tentativa de desqualificar a questão ambiental como “entrave”, uma vez que destaca a capacidade reflexiva dos atores sociais de inovar na cena política, criando novos direcionamentos para ela. O conceito associa-se igualmente a uma revisão da interpretação sobre a gênese das práticas ambientais brasileiras. Procuramos comparar a orientação teórica mais tradicional sobre o movimento ambientalista brasileiro – primeiramente explicado em termos de um movimento histórico e multissetorial, até então

orientador de pesquisas de abrangência nacional,³ – com a tese sobre a natureza política, seletiva e diferencial do movimento (ALEXANDRE, 2003). É importante, pois, notar que a ancoragem do conceito de *modernidade crítica* permite desvelar as práticas ambientais brasileiras ora como práticas ambientais autênticas, e aí associadas aos diferentes modos de pertencimento cultural, ora como práticas da lógica seletiva dos interesses funcionais e estruturantes do mercado e do Estado. Em paralelo, pensamos também que tal conduto metodológico facilita ao(a) leitor(a) divisar as práticas ambientais entre nós não como expressões epidérmicas da socialização de temas nacionais, à maneira da teoria antropológica de Roberto DaMatta, descritas em expressões como “para inglês ver” ou “para causar impressão”. Nesse sentido, o destaque à interpretação das estruturas condicionantes dos atores sociais e de suas capacidades de redefinição da lógica de ação societária empresta ao livro um conteúdo de análise hermenêutica, qual seja compreender as margens de manobra dos ativistas verdes dentro da moldura conceitual da sociedade moderna, sem resvalar em estereótipos e lugares-comuns. Em outras palavras, a trajetória das práticas ambientais brasileiras constitui o desenho de um aprendizado político democrático contido em ações efetivas e que não podem ser simplesmente representadas pelos discursos oficiais ou de *slogans*, como preservação da natureza, desenvolvimento sustentável e ecologia, já assimilados pelo grande público.

O segundo capítulo enfoca os principais referenciais teóricos da ecologia política que orientam as práticas ambientais. A ecologia política pode ser definida como uma disciplina nuclear da reflexão de ponta sobre os limites das teorias políticas da modernidade diante da emergência da problemática ambiental, uma vez que procura

³ Pesquisas que fundamentaram a estratégia metodológica de *survey*, por exemplo, dos trabalhos de divulgação do Ministério do Meio Ambiente, como *O que o brasileiro pensa da ecologia* (1993) e *O que o brasileiro pensa do meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade* (1998).

reinterpretar os conteúdos utópicos do liberalismo político e econômico, as doutrinas socialistas e anarquistas, e as duas principais correntes tradicionais da ecologia: o conservacionismo e o preservacionismo (DIEGUES, 1999). Em linhas gerais, a crítica da ecologia política justifica-se de maneira a adequar as teorias políticas modernas ao desafio interno da problemática ambiental, que não reside apenas na questão do indiscriminado crescimento econômico e do emprego nocivo de tecnologias para o meio ambiente. A problemática ambiental decorre antes de:

- a) uma crise de participação política;
- b) sobrevivência generalizada; e
- c) cultura ou compromisso civilizatório.

Especial atenção deve ter o(a) leitor(a) em basear a sua análise nos conceitos e categorias da ecologia política que conferem suporte para as práticas ambientais, pois o terceiro capítulo explora exemplos de ações e práticas ambientais no Brasil com base nesses conceitos e categorias. Com relação a esse terceiro capítulo, a linha de argumentação destaca a tomada de posição dos grupos verdes organizados em propor e desenvolver projetos e ações ambientais. As cinco regiões geográficas do Brasil foram estudadas. Em cada região, o aporte metodológico das entrevistas esteve centrado na identificação de três variáveis de análise:

- 1) a dos laços de pertencimento cultural dos atores sociais com questões e problemas locais que justificavam o desenvolvimento de ações ambientais;
- 2) a dos condicionantes econômicos; e
- 3) a da capacidade política de articulação interinstitucional dos ambientalistas.

A análise dessas variáveis permitiu um enquadramento à tipologia da ecologia política teorizada no segundo capítulo do livro. De forma geral, entretanto, não procuramos traçar uma relação direta e absoluta da teoria com o envolvimento dos atores, os projetos e o contexto social. A intenção não foi retratar, portanto, um cenário de

convergência, mas apenas pontuar uma trajetória de articulação dos envolvidos com as questões ambientais.

No último capítulo, analisamos as mudanças da vida democrática brasileira a partir da incorporação da ideia de sustentabilidade. Num primeiro momento, destacamos o cuidado com uma profusão polissêmica de sentido e aplicação do termo com relação às estratégias do capitalismo. Os dados analisados referem-se ao período do início da redemocratização, quando da incorporação de referências normativas de política ambiental. Quase três décadas foram pesquisadas: de 1980 a 2008. Apresentamos um exame crítico sobre pesquisas de comportamento político relacionadas com a definição de papéis sociais motivados pela reorientação da política brasileira nacional e internacional. Por isso, a sustentabilidade é relacionada aqui como um dado estruturante das práticas ambientais. A avaliação termina com o estudo sobre o papel da política internacional do Brasil com relação às mudanças climáticas e sobre as perspectivas de conservação da diversidade biológica e social.

Capítulo I

PRIMEIRO OLHAR CONCEITUAL

O capítulo oferece ao leitor os pressupostos teóricos e conceituais para o entendimento sobre a política e os valores culturais regionais que têm definido a trajetória das práticas ambientais brasileiras. Visa explicar como e porque, em cada lugar, essas práticas podem ser vistas como singulares, em razão da natureza de situações políticas institucionais, do potencial de ação dos grupos verdes organizados e da influência de mecanismos econômicos de apoio à implementação e suporte técnico às ações. Por isso, conceituamos as práticas ambientais que existem no Brasil como fazendo parte de um movimento político, seletivo e diferencial. Na forma de um primeiro olhar conceitual, propomos também uma comparação entre os diferentes aspectos conceituais das práticas ambientais no Brasil.

Compreendemos o significado dessas práticas ambientais passando, em primeiro lugar, pela análise da articulação com as instituições governamentais, e nesse ponto dois fundamentos teóricos nos servem de ponto de partida. O primeiro é denominado pela literatura especializada de *construtivista rawlsiano de cultura política pública* e o segundo de *procedimento habermasiano do agir comunicativo* de atores sociais na esfera pública democrática. Para o entendimento da vida política, a abordagem de Rawls pressupõe um “consenso por justaposição” entre orientações

abrangentes da sociedade (como as de cunho ambiental) ajustadas às limitações equitativas do sistema liberal democrático (RAWLS, 2000, p. 65-69; 363). Como segundo fundamento teórico, o procedimento comunicativo serve também de suporte analítico para a compreensão das diferentes práticas do ambientalismo que são reivindicadas como orientações de bem⁴ (ou mais precisamente – para usar o jargão ambientalista – que seguem orientações ecológicas, sustentabilistas, etc.), que encontram suas limitações perante o sistema democrático, em termos discursivos, pois os atores sociais somente dispõem do poder de seus argumentos junto a representantes das diversas esferas de governo e de segmentos da sociedade para competir por prestígio e merecimento (HABERMAS, 1994, p. 42).

Esses dois suportes teóricos à compreensão das atitudes diferenciadas das práticas ambientais inscrevem-se numa perspectiva recente de reflexão que pretende entender a política como um fenômeno de aprendizado moral referente à apreensão singular da modernidade ocidental, antevendo, de saída, que todas as categorias modernas são incorporadas seletiva e diferencialmente pelos países com alguma energia democrática. Assim, postulamos aqui que comportamentos e atitudes singulares, ligados à defesa de alguma ideia de bem cultural, só podem ser tematizados dentro desse contexto. Ao falar da democracia, no sentido contemporâneo, ligado ao que se entende como procedimento de legitimação de comportamentos morais na esfera pública (HABERMAS, 1997, v. 2, p. 92; RAWLS, 2000, p. 363), exige-se, por coerência, um diagnóstico do sentido da modernidade que lhe serve de chão. No caso brasileiro, há inúmeras especificidades da questão democrática ligadas à discussão dos valores do ambientalismo mundial. São influências anteriores de hábitos

⁴ Em termos de filosofia política, admitimos a orientação de bem como sendo orientação de vida política condizentes com valores morais incomensuráveis, que encontram suas limitações no sistema democrático de regras de uma determinada sociedade. Em geral, estas orientações expressam valores filosóficos, religiosos, tradicionais e da própria cultura política de direitos individuais e sociais.

e instituições através das quais se modifica ou se busca afinidades eletivas para a compatibilização dos interesses e conteúdos normativos fornecidos pelas leituras da própria dinâmica societária.

Convém lembrar que a tese do ambientalismo multissetorial, aplicada à compreensão das primeiras práticas ambientais brasileiras em meados da década de 1980, foi responsável por destacar, acertadamente, o elemento cognitivo no jogo político, o que passa ainda a ser de fundamental importância em desfavor da frequente manipulação emotiva ou instrumental do mercado na determinação de preferências valorativas culturais. O destaque à força de ação típica das posições dos verdes é irrefutável. Tampouco se desconsidera o potencial emancipatório da livre argumentação na esfera pública, como no caso das vias de debates criadas com a abertura democrática brasileira. Tal como a tese do ambientalismo multissetorial foi descrita, no entanto, nos dá a entender que houve uma incorporação singular e monolítica da problemática ambiental no Brasil. Essa tese subsidiou várias pesquisas do Ministério do Meio Ambiente, como *O que o brasileiro pensa da ecologia* (1993) e *O que o brasileiro pensa do meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade* (1998). Nelas, os valores ambientais dos brasileiros são descritos como restritos a um universo social “ambientalizado” com relação à problemática ambiental – 83% dos entrevistados possuíam nível de escolaridade superior, a maioria com doutorado e pós-doutorado realizados no exterior.

Em outras palavras, propugnamos uma compreensão das práticas do ambientalismo cuja ênfase está na dimensão política do processo social, em que bens culturais são assimilados e disseminados, e que, de certa forma, abandona a simples preocupação descritiva sobre a intensidade e rapidez com que ideias ligadas ao tema têm-se projetado para o centro das atenções dos assuntos públicos. As primeiras abordagens do movimento no Brasil propunham eminentemente percebê-lo como um movimento que surge preocupado com ações de denúncia e desenvolvimento de trabalhos educativos de conscientização

ambiental (1971-1986), passando a ser caracterizado em seguida por formação de redes multisetoriais (1987 em diante), o que subentende a aceitação das práticas ditas “ecológicas” por diversos setores da sociedade. Como ficou conhecido, o enfoque do *movimento histórico e multisetorial* privilegia a recepção acrítica pelas diferentes formas de manifestação da cultura brasileira, o mercado capitalista e o Estado.

Mas, na análise desse enfoque do ambientalismo, a dimensão da mudança social está fortemente implícita. Quando se descreve o ambientalismo como expressão de um *novo movimento social*, são relacionados fatores psicossociais como inquietação social, insatisfação com a vida atual, desejo e esperança de novos sistemas e programas de vida, enfim, fatores que aduzem a processos interacionistas relacionados com a participação ativa dos indivíduos e grupos. O adjetivo “novo” para os movimentos sociais refere-se ao contraste com os movimentos dos trabalhadores e sindicatos responsáveis por incluir e evidenciar, na história do desenvolvimento do capitalismo industrial, desde o século XVII, a marca indelével do conflito social. Nesses movimentos, a tônica de todas as mobilizações centra-se no reclame, direcionado unicamente contra os empresários e contra a figura do Estado, entendido como detentor do monopólio exclusivo de controle dos cidadãos e de uso da força física, das perdas e vantagens materiais, associadas aos meios de pagamento de salários. Naqueles novos movimentos há um alargamento do horizonte de reivindicações relacionadas, como já dito acima, com o desejo de implementação de novos programas de vida, em parceria, cooperação ou conflito com os empresários e o Estado. Em termos de ambientalismo, valem os exemplos:

- a) os movimentos especificamente conservacionistas orientados para lutar contra a depleção e pela utilização racional dos recursos naturais;
- b) os movimentos preservacionistas que se dirigem no sentido de preservar a flora e a fauna de ambientes naturais, como parques e reservas;

- c) os movimentos ambientalistas que se dedicam especificamente à luta contra a poluição urbana e rural;
- d) os movimentos que lutam contra a energia nuclear;
- e) os movimentos em favor da tecnologia apropriada, que pretendem criar nichos socioeconômicos de utilização de tecnologias de baixo impacto ambiental;
- f) os movimentos em prol do saneamento básico (água potável, esgoto, lixo), considerados como parte fundamental do ambientalismo dos países pobres;
- g) os movimentos orientados para o desenvolvimento humano, como os setores mobilizados em prol da valorização de terapias de saúde alternativas como a homeopatia, acupuntura, ioga, tai chi chuan, em escolas, comunidades, bairros e hospitais;
- h) os movimentos de ambientalistas preocupados com a salvaguarda da paz nos contextos locais e globais;
- i) os movimentos ambientalistas liderados por mulheres que associam a questão ambiental à valorização da sensibilidade feminina e à inclusão dos direitos a um tratamento diferencial para a sua condição de oprimidas pela lógica da produção masculina; e
- j) os movimentos ambientalistas dos atingidos por barragens e obras públicas de grande impacto, bem como esses movimentos associados com seringueiros, índios e comunidades rurais que se destacam por tematizarem questões incomuns à lógica da produção de mercadorias das sociedades urbano-industriais (VIOLA, 1992, p. 53).

Como observa Sztompka (1998), na segunda metade da década de 1970, essa interpretação, elaborada por sociólogos como Alain Touraine, era colocada contra o desenvolvimentismo e contra o estruturalismo em voga, acusando que essas macroteorias subordinam o senso da ação coletiva a leis imutáveis e a exigências da realidade histórica, eliminando o ator que seria apenas tratado como um epifenômeno e

uma mera emanção do sistema. Para Touraine, haveria a necessidade de se reafirmar a ideia de que os homens fazem a sua própria história, o que só é plausível dentro de uma imagem da sociedade como produto contingente dos esforços humanos. Logo, “a sociedade não é mais do que o resultado instável e bastante incoerente das relações sociais e dos conflitos sociais” (TOURAINÉ apud SZTOMPKA, 1998, p. 333).

Touraine é responsável por celebrar a corporificação fundamental da mobilização social que ataca diretamente as bases culturais da sociedade, o modo de ser específico de sua “historicidade”. Dada a realidade histórica como sendo constituída através de conflitos e negociações de movimentos sociais que vêm e vão, é o movimento social (antes de tudo um *ator*) o responsável pela formação específica das orientações culturais. Há muito evidentemente uma rejeição ao evolucionismo desde Comte, mas fundamentalmente é a emergência da chamada “sociedade pós-industrial” que define a capacidade dos novos movimentos sociais de ampliar seu espectro de atuação (SZTOMPKA, 1998, p. 334).

Neste particular, são próprios da “sociedade pós-industrial” os novos movimentos sociais que significaram rupturas ou *clivagens sociopolíticas profundas* no exercício e na percepção da política desde o final da Segunda Guerra Mundial. Certamente é Ronald Inglehart, alicerçado em pesquisas empíricas que cobriram várias décadas em países de todos os continentes, que mostrou a mudança radical da política, em especial nos países capitalistas de maior força econômica. Segundo esse cientista político, haveria precondições culturais e valorativas para explicar essa mudança, compondo o que Inglehart entende ser uma *agenda aquisitiva*, baseada na teoria da hierarquia das necessidades humanas, de Abraham Maslow (1972).

Para Maslow, o que explica a conduta e o desenvolvimento humano é a existência de uma hierarquia das necessidades humanas, constituída pelas necessidades biológicas, psicológicas e sociais. Com a satisfação das primeiras, pelo menos parcialmente, é que surgirão as necessidades

superiores da hierarquia. As necessidades humanas estão divididas em necessidades fisiológicas, de segurança, de afiliação e de amor, de autoestima, de autorrealização e estéticas. As necessidades fisiológicas estão colocadas como as necessidades básicas do ser humano e as mais preponderantes de todas as necessidades humanas. Vista como uma abordagem humanista dentro da psicologia, a teoria de Maslow sugere também que o homem não é redutível a sua fisiologia, não é um respondente mecânico ou mesmo cognitivo a estímulos e não é dominado por impulsos destrutivos sexuais e agressivos. A natureza humana é complexa e constituída por fatores biopsicossociais. É na medida em que a pessoa é capaz de integrar esses fatores e de desenvolver o seu potencial biopsicossocial é que ela se torna mais integralmente ser humano e mais coerente com sua própria natureza. O homem se realiza na medida em que tem condições de desenvolver-se física, psicológica e socialmente. Esse desenvolvimento vai beneficiar não só o ser humano individualmente, como também as organizações e a sociedade em geral, isto porque, à medida que os indivíduos se tornam mais capazes, tanto física como mentalmente, as suas realizações serão qualitativamente superiores. Entretanto, as organizações devem possibilitar condições de trabalho que permitam esse desenvolvimento (MASLOW, 1972, p. 27-28).

No entender de Inglehart, o elemento cognitivo para a compreensão das mudanças políticas da atualidade está também associado, em mesmo grau de importância, à tendência de teorias sociológicas sofisticadas, a exemplo da teoria de Jürgen Habermas, marcada pela ênfase crescente em valores não econômicos e imateriais, desprezando assim teorias explicativas do comportamento social segundo a variável econômica como única determinante causal. No entanto, o argumento da explicação social de Inglehart reduz as transformações sociais ao advento do estado de bem-estar, formador das condições de emergência de inovações tecnológicas e de educação de boa qualidade acessível a todos. Os comportamentos diferenciados nas relações de trabalho, de família, de gênero e de espiritualidade

seriam assim explicados segundo a capacidade das sociedades afluentes em desafiar as elites dirigentes em vez de serem manipuladas por elas. Nesta situação, teríamos um contexto em que as organizações e os líderes são objeto de pressões vindas de “baixo” (SOUZA; HOLLINGER, 2000, p. 174-175).

A partir disso, é fácil perceber que são os atores sociais que dispõem do poder da mudança social. Mas, pelo menos de acordo com Inglehart, apenas quando o progresso social permite a superação das privações existenciais, como alimentação, habitação e trabalho. Como salientam Souza e Hollinger, na base do argumento da *agenda aquisitiva* de Inglehart encontra-se a pressuposição de que somente quando o capitalismo tardio domestica o conflito de classes típico de sua fase anterior descortinam-se, crescentemente, espaços para novas agendas de interesse político dos atores sociais, como aquelas relacionadas com o aumento da fruição de bens sociais imateriais.

A autopreservação material é vista como princípio básico que condiciona o comportamento dos agentes até o ponto em que, libertos da prisão do mundo das necessidades, podem redirecionar suas atenções a questões que ele define, vagamente, como imateriais ou pós-materiais. A necessidade econômica como tal e, não, sua transformação simbólica em valores e normas, que pressupõe um trabalho social de interpretação e hierarquização dessas mesmas necessidades, é vista por Inglehart como estímulo fundamental para o comportamento dos indivíduos atores. Isso significa que Inglehart, no fundo, compartilha as premissas filosóficas essenciais das análises que critica. Sua inovação conceitual mais recente, que implica a progressiva substituição do conceito de pós-materialismo por um conceito empiricamente construído de pós-modernismo, não muda essa realidade fundamental.⁵ (SOUZA; HOLLINGER, 2000, p. 177).

⁵ Conferir a esse respeito: Inglehart (1997).

Como uma abordagem economicista ligada à escolha racional dos atores sociais, segundo variáveis econômicas, a teoria da *agenda aquisitiva*, de Inglehart, relega os aspectos culturais das sociedades humanas a um plano secundário.

Nesse sentido, poderia se falar de uma diferença de fundo entre uma *modernidade acrítica*, de um lado e, de outro, uma *modernidade crítica*, respectivamente, referidas ao entendimento de práticas ambientais multissetoriais e práticas ambientais denominadas aqui de políticas, seletivas e diferenciais.

A *modernidade acrítica* estaria relacionada com as categorias padrões das teorias da modernidade, as quais foram desenvolvidas pelas ciências sociais desde o século XVIII para explicar um processo contínuo de crescimento e diferenciação das sociedades, e cujo elogio *acrítico* estaria centrado na capacidade econômica, no desenvolvimento da sociabilidade humana em termos de maior racionalização e autonomia funcional dos indivíduos. A sociedade moderna seria o contraponto das sociedades antigas e medievais, considerada que foi por desenvolver, a partir da Europa, relações sociais mais secularizadas e que já carregaria em seu germe um padrão de evolução ou progresso moral e político irresistíveis e irreversíveis. Dessa forma, as ondas de modernização de um centro europeu seriam uniformemente consolidadas com o desenvolvimento de certas instituições fundamentais “autênticas”, como um mercado competitivo e um Estado controlador geralmente democrático.

Como pode ser percebida, a modernidade imaginada como tal implicou na *generalização excessiva* para explicar um tipo único, perfeito e universal de desenvolvimento histórico, econômico e político social de todas as nações contemporâneas, inclusive repercutindo em certas metodologias antropológicas de estudo de grupos étnicos não incorporados corretamente pela distribuição dos “benefícios” da construção do cenário geopolítico mundial – os povos e culturas que receberam impactos negativos dos processos de colonização.

No caso do Brasil, essas interpretações do processo de modernização sempre consideram o país como um caso “inautêntico” de sociabilidade moderna, com um sentido negativo aduzido às estruturas sociais não suficientemente acomodadas para receber os benefícios da modernidade. Segundo Souza (2000, p. 236), tal comportamento

é visto, quase sempre, como possuindo alguma dose de afetação e superficialidade, conferindo substância à expressão, ainda hoje muito corrente no Brasil para designar comportamentos exteriores, superficiais, para “causar impressão”, que é o dito popular “para inglês ver”. Essa leitura do processo de modernização brasileiro como um processo inautêntico, tendo algo de epidérmico e pouco profundo, é precisamente o fundamento do que viemos chamando [...] de nossa sociologia da inautenticidade. Inautenticidade precisamente do processo de modernização que não teria logrado institucionalizar os valores individualistas e burgueses da Europa moderna e não ibérica. Existem incontáveis versões desse tipo de sociologia. Ela está na base da teorização de um Roberto Schwartz sobre a sociedade do “favor” e na qual as “ideias estão fora de lugar”, argumento defendido no contexto da sua interpretação de Machado de Assis. As ideias fora do lugar, no caso, são ideias liberais numa sociedade escravocrata.

Nas palavras de Paulo Krischke:⁶

Considero que a modernidade acrítica pode ser definida nos termos usuais das chamadas teorias da modernidade como algo inteiramente positivo e inescapável, que se impõe aos indivíduos e às sociedades sem que estes tenham que decidir nem refletir adequadamente sobre a sua escolha ou o seu aperfeiçoamento. Em uma palavra, é a sociedade de consumo, com toda a sua voracidade, violência e massificação, onde todos eventualmente

⁶ Jornal *A Notícia*, Florianópolis, 8 dez. 2001, p. 4.

encontrariam o seu lugar, guiados pela “mão invisível” do mercado. Já a modernidade crítica reconhece a reflexão e a escolha dos indivíduos e da sociedade na deliberação sobre o seu futuro.

Considerando mais de perto a repercussão do ambientalismo a partir do pano de fundo destas duas perspectivas, poderia se afirmar que um mesmo tipo positivo e inescapável de influência da modernidade “acrítica” acomodaria a explicação para a evolução e o desenvolvimento do multissetorialismo entre nós. Numa outra perspectiva, estaria presente o viés explicativo e qualificativo da especificidade moderna brasileira, segundo o qual tipos diferentes de ambientalismo poderiam ser reconhecidos criticamente. Neste último caso, reconhece-se o impacto da modernidade de modo “crítico”, procurando, basicamente, destacar as suas categorias políticas, seletivas e diferenciais.

Vale salientar, portanto, que não é que a descrição multissetorial das práticas ambientais não destaque o caráter provocativo da mudança social que repercute em políticas sociais e de mercado. A tese multissetorialista faz isso muito bem quando redefine a ordem social mobilizando seus pressupostos “acríticos”, identificados, em geral, como riqueza, alta escolaridade formal e sensibilidade ecológica para a preservação. Em outras palavras, tal perspectiva analítica pressuporia que ambientalismo tem a ver com modernização aplicada corretamente para indivíduos educados e da classe média informada que, cansados com o consumo desenfreado, resolveram seguir numa nova onda modernizante.

Por isso, antes de tudo, entender as práticas ambientais inseridas no debate público significa explicar suas mensagens dentro de um arcabouço social que lhe serve de contexto. A modernidade sempre significou uma dúvida para o ambientalismo. A sua irradiação, contudo, em termos das mensagens que faz difundir, constitui outro tema, uma vez que, como toda linguagem de símbolos, é incorporada diferentemente no tecido social.

Na explicação da modernidade “crítica”, as práticas ambientais brasileiras não sofreriam de um tipo de impasse insanável de ausência de larga sensibilidade ecológica preservacionista, advinda da satisfação material e reflexiva de indivíduos autônomos no mundo. Tal atitude, inclusive, reflete satisfatoriamente hábitos e costumes da classe média brasileira. As práticas ambientais, entendidas como um leque de possibilidades interpretativas, estariam difundidas segundo a forma seletiva e diferencial como a modernidade se impôs entre nós. Trata-se, portanto, de reconhecer uma outra perspectiva positiva de interpretação de nossa condição moderna, que não é encarada necessariamente como extensão e cópia da condição moderna europeia ou norte-americana. Existiria entre nós, portanto, uma autenticidade ambientalista, demonstrada mais a seguir como uma variável da interpretação sociológica brasileira contrária às interpretações correntes responsáveis por atribuir uma forma epidérmica ou pouco profunda ao processo de institucionalização dos valores individualistas e burgueses entre nós.

Na perspectiva analítica crítica, o ambientalismo não constitui mais um caso de “inautenticidade” de absorção de temas modernos caros para nós, em razão da ausência de atitude pró-natureza no sentido da expressão empregada para referendar um ambientalismo preservacionista não totalmente difundido no Brasil (CRESPO; LEITÃO, 1993, p. 253). De acordo com a qualificação crítica da especificidade moderna brasileira, da qual derivaria, como dito acima, um *ambientalismo político, seletivo e diferencial*, postulamos, como primeiro olhar conceitual, que a história do país e de suas práticas ambientais mais recentes é uma história marcada por uma divisão radical entre um período pré-moderno e um período moderno. É Gilberto Freyre a referência central da interpretação do nascimento da modernidade entre nós. Para este sociólogo existiria uma oposição entre uma sociedade escravocrata e patriarcal, com seus valores personalíssimos e hierárquicos, e uma sociedade moderna, com seus valores individualistas e impessoais, representada pela força

das estruturas do mercado capitalista e do aparelho centralizador e controlador do Estado, a qual ganha força particular com a abertura dos portos às nações amigas em 1808. A partir de então, torna-se visível uma configuração social que não permite mais pensar-se uma dinâmica econômica estrutural como motivada pela volição das elites.

Convém demonstrar, portanto, que o processo de feitura da ordem econômica e social brasileira, traçada na obra freyriana *Sobrados e mucambos* (1985), na qual o escritor pernambucano preocupa-se em divisar a formação de uma revolução burguesa tipicamente brasileira, aponta fundamentalmente para o progressivo desfazimento do poder de mando e prestígio dos senhores de engenho em benefício dos seus próprios filhos, agora reféns de uma nova ordem estatal e de um mercado individualista que exerce sobre a sociedade brasileira uma força irresistível. São as relações sociais em torno da máquina e em torno da burocracia estatal que fazem nascer uma nova sociedade brasileira.

A partir desse dado, é fácil perceber uma refundação do sentido da modernidade entre nós. Aqui não valeria a pena destacar, então, o aspecto particular das elites governantes, assimilando novos valores e rejeitando outros, mas da nova estrutura que as condiciona. Todas as mudanças a partir de então precisam levar em consideração que a sociedade brasileira teria uma especificidade dentro da modernidade. Esta especificidade atestaria para uma seleção e diferenciação de todos os papéis sociais, os quais dependeriam fundamentalmente de signos competitivos considerados legítimos para a sociedade burguesa. O que estaria a fundar a modernidade brasileira seria uma estrutura econômica e social que depois de erguida não poderia expressar uma preferência da parte de certas classes sociais. Ao contrário, seriam as classes sociais que, de forma seletiva e diferencial, se sentiriam forçadas a competir pelos bens e valores colocados a sua disposição. Não diferentemente de uma ordem escravocrata, estruturada segundo seus interesses econômicos próprios, a sociedade liberal imporia assim a sua própria estrutura.

Como diferencial, entretanto, a característica peculiar da modernidade estaria presente na possibilidade da competição, assumida

por certos atores sociais para se projetarem socialmente através do trabalho, reconhecido como legitimamente talentoso. Esta categoria “protestante” estaria presente na sociedade brasileira que deu ao mulato, liberto somente em fins do século XIX, a sua oportunidade de ascensão social, a exemplo de Machado de Assis e tantos outros. Não diferentemente, a assimilação de novos valores modernos foi sempre sendo carregada através de práticas de aproximação e distanciamento de outros valores, mas que teriam um centro articulador a partir do reconhecimento ou não dentro das esferas do mercado e da burocracia estatal.

O conceito de seletividade entre nós está colocado para distinguir uma modernidade que tudo conforma de uma modernidade para poucos. Diferentemente da seleção social a partir do acesso às vantagens de uma sociedade movida por forças personalistas do regime patriarcal, a seleção moderna brasileira é aquela que separa um exército de párias urbanos e rurais sem lugar no processo produtivo e também sem lugar na comunidade política (SOUZA, 2000, p. 266).

Por isso, importa salientar também que o Brasil não se enquadra como um país moderno e ocidental no sentido comparativo de afluência material. Ele é legitimamente, no entanto, um país moderno, uma vez que o aprendizado político democrático vem permitindo a aceitação, como únicos, dos valores modernos da diferenciação entre indivíduos e símbolos culturais de diversos matizes. Nesse contexto, o ambientalismo político não apenas reflete uma teia complexa de difusão de seletividade competitiva e diferenciação cultural, mas permite pensar melhor os pressupostos interpretativos dominantes sobre uma suposta exclusiva definição cultural do significado de ser brasileiro. É por isso que para o indígena e para o negro, ainda hoje refêns dos valores nacionalistas brasileiros homogenizantes, que os estigmatizaram como “malandro”, “sem cultura” e “vagabundo”, faz sentido outras formas de sociabilidade comuns às práticas ambientais indígenas e quilombolas, e que estão dispostas à margem dos significados da classe média educada com sensibilidade ecológica da tese do ambientalismo multissetorial.

Sendo assim, fica a advertência do primeiro olhar conceitual. Quando a tese multissetorial explica as práticas ambientais, o faz pressupondo todas as condições necessárias da modernidade para tanto. Se seguida uma explicação do ambientalismo brasileiro “autêntico”, isto é, descortinadas as posições sociais das quais emergem as reivindicações verdes, é fácil perceber que elas expressam particularidades seletivas e culturais próprias do mercado de bens e da diversidade cultural que reclama espaço no processo recente de democratização da esfera pública do país. Para nós, a tese do multissetorialismo continua a representar a exterioridade e o artificialismo do processo de assimilação dos valores ambientalistas, porque resume o discurso mais fácil dos *slogans*, como preservação da natureza, desenvolvimento sustentável e ecologia à observação superficial de *survey* com o grande público. Não se pode, porém, confundir uma observação tópica, um instantâneo que se retira da simples opinião, com o desafio de compreender a reprodução simbólica e valorativa de nossas relações materiais de produção (SOUZA, 2001a).

Os processos sociais de seletividade e reconhecimento social expressam a autenticidade das formas de incorporação dos valores ambientalistas a partir da disposição dos grupos num cenário de distinção típico das sociedades democráticas modernas. A definição das opções por valores verdes depende menos da escolha dos atores sociais do que das condições competitivas colocadas. O que está por detrás desse argumento é a hipótese de Elias (1994), segundo a qual os comportamentos sociais adotados como comportamentos diferenciais prestam-se a um esforço dos indivíduos no sentido de diminuir o contraste social. Sua análise social acurada do processo de formação da civilização ocidental nos alerta para as diferenciações que desde a Renascença serviram para opor indivíduos e classes sociais. Para Elias entender o *ethos* moderno exige compreensão histórica da gravitação de valores. Entre nós, a civilização como modelo cultural expressou um domínio humano em oposição à esfera da natureza, da animalidade e da

desrazão desde os Médicis de Florença (século XIV). O que vingou desse período permanece até hoje, pois civilização está relacionada a valores como polimento, educação e progresso. O forte desenvolvimento do período industrial vai opor a ideia de vida na cidade, compreendida primeiramente em oposição à rudeza do meio rural, com a satisfação em fugir dela para uma classe burguesa já confrontada com os reflexos do industrialismo, como poluição e pobreza urbana, e que então irá valorizar as áreas silvestres, as montanhas e a paisagem do padrão rural. O romantismo como expressão da vida idílica antevê com Rousseau um refluxo colorido de politização da esfera pública que, a partir da segunda metade do século XX, tenta expressar a mais aguda crítica ao capitalismo industrial através dos movimentos sociais com ideários emancipatórios. Repousa aqui, talvez, a narrativa de maior recursividade do ambientalismo político e que, muitas vezes, ao permanecer no discurso ético-político do espírito de seu tempo, tão inaugural quanto emblemático, esquece de perceber as diferenças entre aquilo que antes era contracultural e hoje está subsumido como práticas ambientalistas concretas (CARVALHO, 2001).

Entre a racionalidade da explicação adotada e a prática social concreta existe uma teia de relações sociais que “puxam” o indivíduo a transferir seu domínio de conhecimento à funcionalidade econômica e às regras de controle do Estado. É por isso que os acertos dos ecologistas sobre o diagnóstico das espécies em extinção ou a necessária mudança do processo produtivo, levando-se em consideração os regimes de minimização da poluição, podem ser entendidos como medidas “conscientes” somente em relação a uma adequação sofisticada que as práticas das sociedades industriais requerem.

Capítulo 2

REFERENCIAIS TEÓRICOS QUE ORIENTAM AS PRÁTICAS AMBIENTAIS

Neste capítulo, apresentamos noções gerais de práticas ambientais. Na forma de um aprofundamento do olhar mais crítico, propomos a análise dos tipos e especificidades teóricas das práticas ambientais. Essas práticas hoje em curso no mundo, originárias das décadas de 1960 e 1970, derivam da aplicabilidade de referenciais analíticos da ecologia política. Basicamente, como sublinha Eckersley (1992, p. 2-4), a preocupação que tem orientado a ecologia política tem sido a seguinte: diante do acelerado processo de degradação ambiental, extinção de espécies e mudanças climáticas, qual a legitimidade do ponto de vista humanista para afirmar que os seres humanos são os únicos seres com valor no mundo? O mundo existe apenas para o nosso benefício? A crítica é intrínseca ao pensamento social e político moderno erigido em defesa da dignidade humana e respeito a todos os seres humanos.

Por implicação, atinge o amplo espectro da cultura ocidental judaico-cristã encapsulada na herança greco-romana, da Renascença e do Iluminismo, as quais, por sua vez, eclodiram em revoluções libertárias nos continentes europeu e americanos a partir do século XIII, transformando seus países em sociedades industriais democráticas

baseadas na produção ilimitada da riqueza material e na distribuição desigual da renda. Esse modelo de sociedade liberal recebeu sua crítica na resposta marxista revolucionária, a qual, todavia, não pressupôs a derrocada da base igualitária de acesso ilimitado ao consumo material.

Eckersley propõe, então, que pensemos a coerência e a aplicabilidade das variadas propostas ecológicas de cunho emancipatório, surgidas para se enfrentar os problemas referentes ao volume de impactos ambientais da ação humana no seio das sociedades capitalistas e socialistas. Nesse sentido, a classificação que propõe parte de uma larga divisão entre posições-chave consideradas, de um lado, *antropocêntricas* e, de outro lado, *ecocêntricas* (ECKERSLEY, 1992, p. 10).

Ao passo que a posição *antropocêntrica* defende interesses humanos particulares com vista ao alcance do desenvolvimento sustentável, preocupando-se basicamente em assegurar a manutenção do estoque dos recursos disponíveis no planeta, tendo estes somente um valor instrumental para fins humanos, a posição *ecocêntrica* designa o domínio sobre as variadas correntes do pensamento protoliberal de esquerda. Em termos de diferenças fundamentais, *antropocêntricos* e *ecocêntricos* divergem radicalmente quanto ao crescimento da população humana no planeta e à preservação da vida selvagem. Enquanto os primeiros preocupam-se em discutir as causas sociais do aumento populacional e argumentar em prol da distribuição mais equitativa da riqueza entre ricos e pobres, os segundos importam-se não somente com a diminuição da população humana, mas também com a redução a longo prazo dos números populacionais absolutos. Os *ecocêntricos* também se preocupam fortemente em advogar a defesa da vida selvagem em grande número, independentemente se a preservação possa ser vista como útil em algum caso para nós. A posição *antropocêntrica*, contudo, tende a ser mais preocupada em defender o ambiente urbano e da agricultura. A preservação da vida selvagem não se configura relevante, ao menos que uma justificação central para os interesses humanos seja demonstrada.

Para fins de classificação, essas duas posições representam pontos equidistantes entre representações culturais e de diagnóstico geral dos problemas ambientais, muito mais do que posições díspares referentes aos problemas de ausência de participação política. Em outras palavras, *antropocêntricos* e *ecocêntricos* apresentam divergências de percepção dos amplos problemas ambientais, enquanto as posições políticas de ambos confluem para o mesmo ponto quando a crítica refere-se ao indiscriminado crescimento econômico, ao desperdício energético e ao emprego nocivo de tecnologias para o meio ambiente. As duas posições têm, contudo, justificativas ecológicas diferentes para o emprego de tecnologias consideradas não poluentes, ou “limpas”.⁷

⁷ Sem pretensão de esgotar essa diferença, sublinhamos que o ecocentrismo está baseado fundamentalmente em uma filosofia que afirma que todos os organismos encontram-se não simplesmente inter-relacionados, mas também que eles são constituídos por essas mesmas inter-relações. Por implicação, o mundo real está de forma dinâmica intrinsecamente inter-relacionado por uma rede de relações na qual não existe entes separados e nenhuma linha divisória entre seres vivos e não seres vivos. Por outro lado, os teóricos ecocêntricos diferem também dos antropocêntricos em termos de ciência e tecnologia – a convicção de que o método empírico-analítico represente o único meio válido para o alcance do conhecimento. São simpáticos à conjugação de visões científicas, filosóficas e religiosas para explicar os fatos. Entretanto, daqui se estendem outras comuns divergências ou mal-entendidos. Antropocêntricos apregoam que seja impossível perceber o mundo de forma diferente da perspectiva humana, uma vez que afinal de contas trata-se de reconhecer invariavelmente nossas impressões sobre ele. Os ecocêntricos respondem com o argumento da “falácia antropocêntrica”, divisando que se trata de uma confusão entre fato e valor. Ecocêntricos não estão dispostos a entender o mundo exatamente como ele é, mas estão interessados em explicar que ele existe. A crítica fundamental contra os ecocêntricos ainda vai além para demonstrar que os não antropocêntricos demonstram insensibilidade por não se preocuparem com os pobres e oprimidos. Por sua vez, a crítica é apreciada pelos ecocêntricos que dizem que eles não são de forma alguma contrários aos interesses humanos, mas que a celebração dos interesses de nossa espécie não pode significar a única e suficiente forma de valor e inspiração para estar no mundo. Dessa forma, eles argumentam que culturas diferentes devem ser olhadas considerando-as segundo suas condições econômicas e de classe quando se trata de intentar reformas gerais da sociedade, pois não consideram também correto que pobres sejam discriminados e que se mantenham

Por outro lado, a argumentação central do referido autor tende a demonstrar que a crise do meio ambiente constitui um reflexo de uma crise de participação, de sobrevivência e de cultura ou de compromisso civilizatório. Para Eckersley, existe ampla aceitação de que as políticas ambientais em curso pretendem solucionar esses três aspectos inter-relacionados da crise ambiental, oferecendo novas oportunidades de participação política, renovação cultural e melhoria da qualidade de vida. No entanto, existem várias terapias para o mesmo problema. Na opinião do autor, a perspectiva *ecocêntrica* representa a alternativa mais consistente e o desafio que se coloca é o seguinte:

- a perspectiva *emancipatória ecocêntrica* apresenta aliados ideológicos dentro da tradição do pensamento político moderno?
- a perspectiva *emancipatória ecocêntrica* pode ser assimilada por quais das tradições do pensamento político moderno?

Respondendo às questões na ordem inversa, a tradição liberal, a tradição do marxismo ortodoxo e a tradição conservadora são eliminadas da associação com a perspectiva *emancipatória ecocêntrica*. Tanto a rejeição à filosofia liberal quanto a rejeição à filosofia marxista ortodoxa deve-se ao fato de que ambas não consideram senão interesses humanos. Como frisa Eckersley, a crise do meio ambiente decorre exatamente da expansão do regime de mercado e do regime socialista. Quanto à crítica ao marxismo ortodoxo (que se lê da Declaração do Programa do Partido Comunista Soviético, aprovada em 1961 por ocasião do 22º Congresso do Partido), o comunismo elevou o homem a uma condição

privilégios para os ricos. Por fim, não é verdade que eles apenas se preocupem ou sejam passivos diante de ameaças naturais e doenças. Eles consideram importante defender-se contra perigos e epidemias, mas deixando que a vida também em sentido amplo seja defendida (alguns defendem, no entanto, a libertação de animais em cativeiro). De forma alguma, consequentemente, ecocêntricos pintam um quadro harmônico da natureza, pois advogam que a vida seja protegida e mantida uma defesa da espécie humana (ECKERSLEY, 1992, p. 49-60).

de enorme supremacia sobre a natureza e tornou possível o uso total e completo de suas forças. Quanto à crítica ao conservadorismo, ela existe na medida em que a perspectiva *emancipatória ecocêntrica* reprova a posição de endosso dos conservadores quanto à manutenção de autoridades hierárquicas e de qualquer ordem pré-estabelecida das coisas. Embora haja certa receptividade ao pensamento conservador quanto à rejeição da adoção de inovações tecnológicas sem precauções e o desejo de conservação de prédios e paisagens ameaçadas de extinção, o pensamento *emancipatório ecocêntrico* responde afirmativamente à ideia de transformação das relações de poder existentes baseadas em classe, gênero, raça e nacionalidade quando o fim consiste em assegurar uma transição para uma sociedade sustentável. Quanto às políticas neoconservadoras ou neoliberais, como as políticas de Ronald Reagan, nos EUA, e Margaret Thatcher, na Inglaterra, e suas sucessoras, elas não condizem com a posição *emancipatória ecocêntrica* pelas mesmas razões do que foi acima exposto.

Outras perspectivas políticas são mais abertas às críticas dos filósofos do ambientalismo. O liberalismo, aliás, não se exclui por inteiro da primeira questão colocada acima, pois a perspectiva *emancipatória ecocêntrica* rejeita o regime liberal de mercado, mas absorve vivamente os valores liberais da tolerância, do respeito aos direitos humanos, da liberdade de expressão, de reunião e de associação, de modo que a classificação mais pertinente para essas preferências seja muito mais considerada como *pós-liberal* do que como *antiliberal*.

Da mesma forma, a penetração da crítica marxista ao capitalismo e sua promessa de realização humana universal endossa os argumentos antropocêntricos em favor de políticas inovadoras. A seguir, nosso propósito consiste em explorar com Eckersley o amplo espectro do pensamento ambientalista, divisando nele tendências antropocêntricas e ecocêntricas de maior impacto nas políticas ambientais em curso.

As políticas de conservação de recursos ou de uso sustentado dos recursos naturais renováveis têm sua origem no chamado

conservacionismo ambiental. Segundo Eckersley, a noção central desta espécie de ambientalismo consiste em defender o *ethos* da era progressista associado ao pensamento utilitarista.

Segundo Diegues (1999), Gifford Pinchot, o teórico mais influente do conservacionismo e o primeiro chefe do Serviço Florestal dos EUA, no início do século XX, defendia, como princípio, uma espécie ainda hoje influente de desenvolvimento com eficiência alocativa, prevenção do desperdício e desenvolvimento para o benefício de muitos, não somente do lucro de poucos. Consequentemente, essa matriz de pensamento induziu o *ethos* do profissionalismo da administração dos recursos e a centralização de poder burocrático nos setores públicos em nome da tecnologia e do saber científico. Todavia, os conservacionistas foram os primeiros críticos dos “limites do crescimento”. A legitimidade da proposta conservacionista consiste na ideia utilitarista de perseguição do maior bem para o maior número, incluindo as futuras gerações, através da redução dos resíduos e ineficiência alocativa na exploração e consumo dos recursos não renováveis e em assegurar a máxima sustentabilidade na exploração dos recursos naturais renováveis. Esta corrente, no entanto, deve ser considerada puramente antropocêntrica, em decorrência da denominação de “recurso” para a natureza e o exclusivo critério de seu uso para fins de desenvolvimento.

Para Diegues (1999), em oposição ao conservacionismo, o movimento presevarcionista da América do Norte tem origem com John Muir. Ao passo que Pinchot preocupava-se em *conservar* a natureza *para* o desenvolvimento, o propósito de Muir era de *preservar* a natureza *do* desenvolvimento. Esse propósito estava associado primeiramente à preservação de paisagens e à oferta de facilidades de recreação pública. No entanto, na atualidade, o ecocentrismo tem defendido fortemente a defesa da vida num sentido diferente daquele referente às preocupações de proteção de sublimes cenários naturais intocados, motivados por sentimentos estéticos e espirituais. Os partidários de movimentos, que podem ser classificados como ecocêntricos, estão hoje defendendo

incondicionalmente a proteção de populações, espécies, habitats e ecossistemas, independentemente de onde eles estejam situados, sem se preocuparem também com seu valor de uso e importância para a espécie humana.

Por outro lado, diferentemente dos conservacionistas que estão preocupados com a produtividade econômica, buscando a alocação mais rentável e inteligente no uso dos recursos da natureza, e diferentemente também dos preservacionistas, absorvidos na reverência à natureza, os movimentos pró-qualidade de vida estão mais interessados na defesa da qualidade e bem-estar das populações urbano-industriais. Ademais, conservacionistas estão mais interessados em temas ligados ao desperdício e ao esgotamento dos recursos naturais, enquanto os movimentos de defesa da qualidade de vida dos centros urbanos questionam mais a degeneração total do ambiente, como consequência da produção do desenvolvimento. Cientes disso, esses últimos também são duros críticos do desenvolvimento econômico, da ciência e da tecnologia. Em termos práticos, estão associados a movimentos pró-criação de políticas ecológicas como áreas verdes de recreação, uso de tecnologias apropriadas, agricultura orgânica, medicina alternativa, reciclagem, transporte público, uma total reorientação das necessidades humanas e procura de um maior proveito dos estilos de vida ecológicos. Nesse sentido, podem ser classificados tanto como antropocêntricos quanto como ecocêntricos.

Dentro do quadro que se situam os ecocêntricos podemos divisar ainda duas grandes posições com fortes pontos de vista: a ecologia profunda e o ecofeminismo. A ecologia profunda defende a integração cosmológica do ser humano como uma forma de integração com os outros, que serve para superar o egoísmo e reverenciar a vida das futuras gerações. Já o pensamento ecofeminista está identificado com uma simbologia das mulheres ocupando um espaço de contato e familiaridade com a reprodução e desenvolvimento natural da vida (ovulação, gravidez ou fertilidade, amamentação e cuidado de recém-nascidos),

embora certas ecofeministas argumentem também que os problemas do meio ambiente decorrem de uma visão predominantemente patriarcal, que separa Deus e Homem de Mulher e Natureza, e que diferenciar papéis simplesmente como separados (mulheres, reprodução; homens, produção) acaba reforçando a opressão que as mulheres vêm sofrendo.

Os ecomarxistas ou ecossocialistas, por sua vez, representam uma vertente do marxismo ocidental, o qual, desde as décadas de 1960 e 1970, segundo a interpretação acurada de Merquior, partiram para uma revisão do marxismo “em reação às suas tendências deterministas da Segunda Internacional Socialista, de que as leis econômicas eram a força motriz da história e que a consciência não passava de um reflexo da realidade física e social”.⁸ Com análise científica dialética, esse marxismo é um marxismo da superestrutura, de busca interpretativa de significados e de enorme hostilidade à civilização moderna, em especial à cultura de massa e ao totalitarismo. Desprovido da luta de classe, de Gramsci a Habermas o que resta de otimismo histórico dessa espécie de marxismo é um misto da análise de possibilidades de mudança de poder pela via da interpretação das estruturas (Gramsci) e da macro-história da “ação comunicativa” (Habermas), neste último caso numa aposta na democracia discursiva antes que simplesmente participativa.

Como antropocêntricos, os ecomarxistas ou também ecossocialistas classificam-se como dependentes de subjugar a natureza para o alcance de sua liberdade. Por implicação, para eles a natureza resta sempre como um empecilho externo.

Vale destacar, ademais, que a contribuição da Escola de Frankfurt, através dos representantes da chamada Teoria Crítica, a saber: Adorno, Horkheimer e Marcuse, representa ainda hoje um importante arrimo teórico por suas críticas ao industrialismo, à moderna sociedade tecnológica e à burocracia. Esses teóricos sustentaram uma singular crítica ao marxismo, alardeando que a “verdadeira liberdade” vai

⁸ Conferir verbete *marxismo ocidental* em Outhwaite e Bottomore (1996).

além daquela conquistada através do trabalho social. Perceberam que quanto mais nos libertamos das necessidades, menos livres nos tornamos. Como uma importante ruptura com o marxismo ortodoxo, a escola crítica abandonou a análise econômica, erguendo crítica à razão instrumental. Mostraram, assim, que existem diferentes níveis e dimensões de dominação e exploração além da econômica e que elas não são menos importantes que essa.

Quanto à contribuição de Habermas, vale perceber que sua aproximação com os temas culturais e psicológicos dos seus mestres apenas enfatiza a necessidade de recuperação das virtudes cívicas da participação política. Ele não chega a estar associado às virtudes do ecocentrismo. É importante perceber que a crise do meio ambiente não é simplesmente uma crise de participação, mas também uma crise de cultura e de formação. Qualquer mudança radical visando reorientar nosso lugar junto à natureza não resolverá os problemas planetários; essa mudança precisa oferecer uma estrutura para o desenvolvimento psicológico de cada ser humano. É nesse contexto que as necessidades humanas, o emprego de tecnologias e os estilos de vida precisam ser debatidos, em especial ainda devido ao ritmo frenético impostos pelas novas tecnologias.

Em termos analíticos, os desafios ecológicos dos ecossocialistas podem ser listados da seguinte forma:

- superar o histórico legado de burocratização, centralização e autoritarismo da experiência socialista;
- superar o papel da classe trabalhadora como a principal e mais importante agenciadora da história;
- superar o consenso em torno do crescimento econômico incondicional.

Nesse sentido, os ecossocialistas aceitam que existem tanto limites sociais quanto limites ecológicos em torno do desafio do crescimento econômico. Reconhecem a necessidade do papel das instituições democráticas de caráter descentralizado (segundo Norberto Bobbio, o

importante não é quantos votam – voto universal –, mas onde votam), que sejam, essas instituições, capazes de trabalhar ideias como as da autogestão democrática, com a participação do Estado exercendo o controle e a regulação dos interesses sociais, e a da democratização no processo de produção de bens. Além disso, os ecossocialistas defendem fortemente a promoção de novas atitudes no relacionamento laboral, como divisão de tarefas e redução da jornada de trabalho, que permitam trabalhos sem riscos à saúde, mais conforto e horas de lazer. Defendem, também, a abolição de quaisquer discriminações, sejam elas sexuais, de raça e de cor dos trabalhadores. A ideia do pluralismo democrático também vem sendo aceita pelos ecologistas socialistas. Diferentemente dos ecocêntricos, no entanto, os ecossocialistas encontram-se bastante afastados da defesa de assuntos relacionados à promoção da espiritualidade. Em termos de diferenciação, ecossocialistas veem os ecocêntricos como uma espécie *naïve* de representação do autoritário determinismo ecológico, permanecendo abertamente defensores da ideia de que a humanidade exerce uma presença ativa na construção e definição da realidade ambiente .

Sintetizando, Eckersley (1992, p. 137-138) enumera cinco propostas na agenda dos ecossocialistas:

- prover bens e serviços das necessidades humanas mais do que buscar a conquista do poder;
- evitar ou ao menos minimizar negativas “externalidades” das atividades de mercado;
- eliminar excessivas injustiças sociais;
- assegurar que o planejamento da macroeconomia seja concebido respeitando a capacidade dos ecossistemas (via incentivo à produção de energia “limpa” e via planejamento da economia que não necessariamente precisa crescer a igual termo das economias de mercado); e
- conceber o desenvolvimento assegurando o futuro das próximas gerações.

Embora as propostas ecossocialistas apresentem visível assimilação

dos interesses próprios das economias de mercado, diferindo apenas quando se trata de dizer que cabe ao Estado impor controles e restrições, vale destacar que certas ações acabam sendo dependentes da consciência dos cidadãos, de modo que parece ingênuo acreditar na racionalidade do mercado controlado por burocratas socialistas simpáticos à causa ecológica. Isso não desmerece iniciativas dos chamados economistas ecológicos ou economistas verdes que vêm desenvolvendo ideias de fortalecimento de cooperativas de trabalhadores, reformas institucionais próprias de um chamado “capitalismo social”, preocupado em oferecer oportunidades de melhoria da renda e melhoria da qualidade da produção (acesso ao crédito facilitado para produção e comercialização de produtos ecológicos). Assim, iniciativas de coibição ao trabalho de crianças, ao lado de programas de orientação para os consumidores e concessão de selos de qualidade para produtores, demonstram que esse tipo de ecossocialismo importa-se mais com o controle e disciplina do mercado do que em suplantando mecanismos de preço e lucros privados.

Os ecoanarquistas representam uma categoria muito particular de ecologistas, contrários aos ecomarxistas ou ecossocialistas. Eles defendem a abolição do Estado moderno e lutam para conferir o máximo de autonomia política e econômica às comunidades locais. O ecoanarquismo não constitui somente uma filosofia política, mas também um modo de vida inspirado na ecologia. Ainda como característica contrastante, suas práticas transcendem à ecologia conservacionista, aos movimentos urbanos pró-qualidade de vida e aos ecomarxistas, que consideram presos ao ideário utilitarista. Ecoanarquistas diferem enquanto ecoanarquistas comunitaristas e ecoanarquistas espiritualistas. Nestes dois casos, encontram-se tendências libertárias e tendências de rígidas restrições (comuns para eles), assim como também práticas antropocêntricas e ecocêntricas.

Toda espécie de ecoanarquismo é contrária às hierarquias de dominação social. Os ecoanarquistas nos falam de harmonia com a natureza e a respeito da “ordem” natural das coisas, assim como

os ecologistas profundos quando nos falam de modos de vida sem egoísmo. Em contraste com os ecomarxistas, os ecoanarquistas consideram que a dominação da natureza não significa o preço que se tem que pagar pela liberdade. Segundo o anarquista Murray Bookchin, citado por McCormick (1992), a dominação da natureza advém da dominação que um homem passa a exercer sobre outro homem. O estágio de desenvolvimento que atingiram as sociedades modernas resulta originariamente da passagem das sociedades orgânicas para as sociedades de dominação, quando, então, formas hierárquicas de controle social (idade, sexo, clãs políticos e religiosos) ganharam o *status* de regras repressivas de comando, servindo ainda para impor uma linha limite entre sociedade e natureza. O hábito, naquele momento, do controle de alguns seres humanos sobre outros impôs o controle extensivo sobre a natureza.

Cinco características marcam o tipo de ecocomunitaristas:

- a natureza sendo representada como a senhora das coisas;
- um profundo respeito por todos os tipos de vida existentes;
- cooperação e ajuda mútua;
- a ideia de livre associação entre os indivíduos do grupo; e
- enorme simplicidade no modo de viver.

Ademais, pode-se afirmar que o ecocomunitarismo expressa uma capacidade ímpar de satisfação socioeconômica, psicológica, intelectual e de integração espiritual adaptada aos valores do local em que determinado grupo vive. Deve-se aqui, no entanto, fazer uma distinção entre o ecocomunitarismo, cuja preocupação de seus adeptos coincide fortemente com a preocupação dos filósofos anarquistas, e o ecoespiritualismo, cuja preocupação de seus adeptos está centrada antes na renovação cultural do que na cultural política independente. Assim, é comum notar os ecoespiritualistas convivendo não totalmente isolados do nosso meio. No entanto, tanto um quanto outro apresentam fortes características ecocêntricas.

As críticas aos ecoanarquistas são densas. Eckersley (1992, p. 173) faz notar a confusão que eles estabelecem entre a ideia de que a natureza humana *seja* cooperativa e a ideia de que ela *apresente* essa potencialidade. Por implicação, observa também que a simples abolição das hierarquias e regras de comando e obediência podem não tornar a sociedade emancipada. Ele também critica o caráter ilusório da ideia de que a democracia direta possa ser vista como essencial para se alcançar os objetivos do ecoanarquismo, não o sendo as condições que apresentam as democracias representativas. No entanto, faz ver que as principais leis de emancipação (direitos humanos, as políticas afirmativas que beneficiaram os negros nos EUA, leis em benefícios de outras minorias e de proteção às áreas verdes e aos animais ameaçados de extinção) não provêm de comunidades isoladas – espaços rurais onde imperam o clientelismo, o mandonismo, etc.; ao contrário, como o autor destaca, elas emergem de movimentos sociais de grandes centros urbanos, que depois são aplicadas e copiadas alhures, mas ainda somente com sucesso se fiscalizada a responsabilidade por parte do poder estatal central, um princípio de ação condenado pelas filosofias anarquistas.

Capítulo 3

RESGATE EXEMPLIFICATIVO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL

Neste capítulo, destacamos a existência de diferentes posições políticas que orientam as práticas ambientais existentes no Brasil. Trata-se de um pequeno resumo de parte de uma pesquisa nacional (1990-2001),⁹ na qual pudemos identificar, através de uma metodologia de análise de entrevistas, que a ecologia é um tema de natureza política e cultural entre nós. Dizemos política no seu amplo sentido: social, prático e comunicacional. É a ecologia do nosso dia a dia, das nossas relações de sobrevivência e de valores que procuramos distinguir como importantes e merecedores de um *status* cultural. Nesse sentido, ela é tão ligada à vida democrática que quem a defende precisa, através de um exercício de fala orientado para o convencimento, relacioná-la com uma importância funcional e orgânica de uma comunidade ou grupo de relevância, legitimidade e prestígio político.

Com base no *Cadastro Nacional das Entidades Ambientalistas*,¹⁰ analisamos práticas ambientais das cinco regiões geográficas do Brasil.

⁹ Pesquisa do autor que subsidiou a sua tese de doutorado (ALEXANDRE, 2003).

¹⁰ Conferir dados desse cadastro do Ministério do Meio Ambiente, disponível em: <www.mma.gov.br>.

A título de resgate exemplificativo, destacamos que, de todas as entidades contatadas, tomamos efetivamente depoimentos de 30,53%, um percentual bastante significativo em termos de representatividade das práticas ambientais brasileiras. Entre os anos de 2000 e 2002, entrevistamos 22 dirigentes de grupos ecológicos da região Norte; da região Nordeste, 53; do Centro-Oeste, 31; do Sudeste, 98; e da região Sul foram 58. No total, 262 grupos ambientalistas nos comunicaram suas principais formas de ação, parcerias e características de projetos realizados ou em fase de realização, desde a década de 1990. Pudemos, assim, desenhar uma inédita tipologia das principais correntes políticas que animavam, naquele momento, as práticas ambientais no Brasil.¹¹

Começando com a região Norte, o ambientalismo é afirmado numa esfera pública política plural. Os grupos entrevistados comunicaram suas experiências de projetos políticos fundamentalmente para reivindicar uma exclusividade de valores e modos de vida construídos a partir de um aprendizado cognitivo, que deriva das possibilidades abertas de um sistema liberal com suas instituições tradicionais que absorveram a história da ecologia local e seu legado normativo de leis e costumes. O predomínio do agir comunicativo entre Estado, setor privado e grupos ambientalistas foi possível graças à existência de uma política ambiental secularizada e uma moral racional orientada para o entendimento entre ideais variados de boa vida dentro das tradições culturais ali existentes.

As entidades Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do projeto Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA), Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Poema Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e Proteção Ambiental Cacoalense (PACA) estavam, no momento da

¹¹ Gostaríamos de ressaltar o caráter inédito desta tipologia tão somente para o Brasil. Em termos mais abrangentes, existe o trabalho de Eckersley (1992), no qual também nos apoiamos.

entrevista, orientando suas ações no sentido da aplicação dos princípios do ecoconservacionismo, em especial no que diz respeito à utilização dos recursos renováveis para assegurar o desenvolvimento de forma mais racional. Como particularidade da região Norte, os discursos encontrados mostraram-se, todavia, menos desenvolvimentistas e mais associados à manutenção do potencial de uso da biodiversidade e da sociodiversidade, a exemplo dos saberes tradicionais. Mesmo assim, esses saberes comunicados estavam integrados ao saber técnico especializado dos agentes estatais, com quem as entidades ambientalistas trabalhavam em parceria ou recebiam algum financiamento.

O ambientalismo do tipo ecopreservacionista estava ligado às parcerias com o setor privado, entre duas das três entidades entrevistadas. O ecoconservacionismo desenvolve este tipo de parceria muito raramente, embora apareça em alguns casos recebendo aporte financeiro do setor privado, como no caso da entidade Poema Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável. As entidades preservacionistas Associação SOS Amazônia, Fundação Vitória Amazônia e o Instituto de Pesquisa e Estudo Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro (IPARY) desenvolviam, na época da pesquisa, projetos de proteção de espécies, habitats e ecossistemas, sem qualquer interesse de fomento à geração de renda naquela região.

Casos diversos estão associados às entidades Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular (CDDHEP), Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) e Instituto Universidade Popular (UNIPOP), que desenvolviam um ambientalismo ecossocialista, preocupado com a eliminação de excessivas injustiças sociais. Em defesa do negro e de populações carentes do Norte, estas entidades manifestaram que estavam desenvolvendo atividades tanto com preocupações sobre as relações **de** produção como também com preocupações de relações **na** produção, lutando, então, para combater todas as formas de discriminação (grifos do autor).

O ambientalismo inserido mais ativamente na economia, nomeado aqui como ecocapitalismo, apresentou uma preocupação

de qualificação produtiva dos produtos extraídos da floresta, como o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que trabalhava com atividade madeireira de beneficiamento e extração seletiva. O ambientalismo do Norte do Brasil diferenciou-se através da defesa de conteúdos normativos, que denotam a existência de uma participação política alargada, um senso de pertencimento cultural e de tentativas de sobrevivência. Os líderes seringueiros comunicaram, por exemplo, um profundo sentimento de pertença cultural no modo como definiram o ecoconservacionismo, mostrando com isso também que, por detrás das ações políticas ali engendradas, existe a defesa de um desenvolvimento sustentável.

Desse modo, pudemos notar indicações substantivas de autenticidade diferencial e de seleção funcional específicas. Entidades com senso de pertença grupal, como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), conferem importância identitária à ecologia política, mostrando estarem conscientes de que sua união decorre de uma forte resistência aos imperativos do modo de produção capitalista e ao modo de opressão do aparelho estatal. Da mesma forma, as manifestações ecossocialistas analisadas expressaram esse componente de diferenciação a partir da manifestação da autenticidade identitária na luta que travam contra as discriminações raciais provenientes do modo de produção da economia, tradicionalmente ligada às contingências de um modelo colonizador da história econômica do Brasil. Esse sentido de pertencimento não figura muitas vezes no modo de ambientalismo que prima pelo uso correto da técnica em nome da lucratividade, como no caso do ecocapitalismo, também presente na região Norte analisada.

Já o ambientalismo político da região Nordeste do Brasil esteve marcado por uma forte tendência ecopreservacionista. Entre elas, dez estavam envolvidas em projetos de preservação da natureza do desenvolvimento. O ecopreservacionismo dessa região é fortemente autônomo e independente de recursos financeiros externos às entidades. Chamou-nos a atenção que tanto a parceria quanto o aporte financeiro dependem, na maioria dos casos, da contribuição

dos associados. As entidades, como a Associação Ecológica Rio Novo, a Fundação Ecológica de Piripiri, o Movimento Eclético Caminho da Restauração, o Movimento SOS Natureza de Luís Corrêa, o Núcleo Ambientalista e Cultural de Souto Soares e a Sociedade Ambiental Mãe Natureza, sobreviviam diretamente da contribuição financeira de seus associados. Apenas a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza era financiada pelo setor privado e dispunha do aporte financeiro de entidades internacionais.

As entidades ecoconservacionistas da região Nordeste comunicaram uma associação direta com as agências estatais, em termos de parcerias e aportes financeiros recebidos. As práticas de ecocapitalismo encontradas nesta região receberam a parceria e o aporte financeiro das agências estatais e do setor privado, respectivamente para o caso da Fundação Delta do Rio Parnaíba (FUNDELTA) e da Associação Pró-Mata Atlântica do Estado da Bahia, entidades as quais, respectivamente, também se preocupavam, no momento da entrevista, em qualificar jovens para o mercado de trabalho e em assessorar madeireiros no reflorestamento para o corte de árvores.

Da mesma forma que a região Nordeste, o ambientalismo preservacionista da região Centro-Oeste dispunha da parceria direta dos seus associados, diferindo quanto ao aporte financeiro, dependente das agências estatais e das entidades internacionais. Somente a Associação WWF do Brasil comunicou dispor de parceria e apoio financeiro de seus associados unicamente, diferindo das entidades Fundação ecológica de mineiros (EMAS) e da Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), dependentes das parcerias dos associados, mas financeiramente das agências estatais, do setor privado e das entidades internacionais de apoio.

A região Sudeste do Brasil apresentou o maior número de entidades ambientalistas. A entidade ecopreservacionista Greenpeace tem sua sede central no região Sudeste do país, mas atua em todo o território nacional, recebendo contribuição de seus associados do mundo inteiro. À época da entrevista, a entidade realizava atividades de denúncia e desobediência civil.

Estava, então, preocupada com o desflorestamento da região amazônica, a ciência transgênica e a produção de toxinas. Esse ambientalismo pode ser classificado como *neopreservacionista*, porque está marcado pela defesa ainda mais radical da natureza, diferente do preservacionismo comum. Suas práticas subentendem uma crítica ao ritmo de deteriorização das condições de vida no planeta e ao emprego irrestrito do conhecimento científico na agricultura de melhoramento genético, o que justificariam a desobediência civil. Dessa forma, a preocupação atual do *Greenpeace* não estaria restrita à defesa de espécies em extinção e de espaços de natureza intocada, distantes das sociedades urbano-industriais. Nos últimos anos, o grupo dirige ações de defesa da vida em geral, preocupado que está com os efeitos já irremediáveis do buraco da camada de ozônio e com o incremento na produção de alimentos com células transgênicas.

Os dois movimentos pró-qualidade de vida entrevistados da região Sudeste foram a Associação Cultural Ecológica Pau-Brasil e a Associação para proteção ambiental de São Carlos. Aquela se dedicava à questão da arborização urbana, ao passo que esta à questão da destinação correta do lixo produzido pela cidade. Os parceiros comunicados pela primeira entidade eram os associados e o aporte financeiro, o setor privado. No caso da segunda, os parceiros foram as agências estatais e o aporte financeiro também.

Devido ao grande número de entidades existentes nessa região, é importante notar, mais uma vez, que os grupos entrevistados souberam comunicar suas experiências de projetos políticos de forma bastante afirmativa e diferenciada, o que denota o aprendizado cognitivo dos ativistas verdes, que deriva das possibilidades abertas de um sistema liberal com suas instituições tradicionais, que absorveram a história do movimento e seu legado normativo de leis e costumes.

O ambientalismo da região Sul também pode ser caracterizado pelo modo diferencial e seletivo das ONGs que congrega. Do total de 15 entidades entrevistadas, percebemos nove com perfil ecopreservacionista; quatro, ecoconservacionista; dois, ecosocialista; e um, ecoanarquista

espiritualista. Entre as entidades ecopreservacionistas, que apareceram em maior número, estavam a Associação Ambientalista Internacional (PANGEA), a Associação Bentogonçalvense de Proteção ao Ambiente Natural (ABEPAN), a Associação Catarinense de Proteção da Natureza (ACAPRENA), a Associação de Defesa da Natureza (AGRALHA), a Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente de Santa Catarina (APRENA), a Associação dos Biólogos de Concórdia (ABIOC), a Associação Movimento Ecológico Carijós (AMECA) e o Instituto Ecoplan. À época da entrevista, essas entidades realizavam trabalhos de divulgação sobre a existência de áreas verdes, ensino de coleta seletiva de lixo em escolas, oferecimento de denúncias contra agressões às florestas protegidas por lei, limpeza de placas em rodovias, além de passeios em áreas de preservação ambiental, trabalhos de paisagismo e cuidados de recifes marinhos. As parcerias comunicadas pelas entidades ecopreservacionistas foram, na maioria, os próprios associados (6), ao lado do setor privado (4) e das agências estatais (2). O aporte financeiro recebido estava centrado no setor privado, em seis situações. Os associados aparecem em dois dos casos e as agências estatais em apenas uma situação.

O ecoconservacionismo comunicado pelas entidades Centro de Agricultura Ecológica Ipê (CAEIPÊ), Fundação O Boticário, Fundação para o Desenvolvimento da Economia Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (RURECO) e o Instituto Florestas Tropicais estava caracterizado por atividades de assessoria e formação em agricultura ecológica. O ecossocialismo de duas entidades entrevistadas – a Associação de Defesa da Vida e da Natureza do Vale do Rio Uruguai e a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – pretendia, respectivamente, lutar pela dignidade dos trabalhadores atingidos pelas barragens de hidroelétricas, em especial da barragem do Rio Uruguai, e desenvolver pequenas cooperativas rurais com justa distribuição da riqueza. Entre as parcerias dos ecoconservacionistas podemos citar os associados (1), a comunidade (3) e os sindicatos (1). Já entre as parcerias dos ecossocialistas apenas

participavam a comunidade (1) e as agências estatais (1). Quanto ao aporte financeiro, os ecoconservacionistas dependiam do setor privado (2), das agências estatais (1), dos sindicatos (1) e das entidades internacionais (1). Os ecossocialistas precisaram da contribuição da comunidade (1), das agências estatais (1) e das entidades internacionais (1).

A entidade Fundação Gaia desenvolveu atividades ecoanarquistas espiritualistas com a parceria e o aporte financeiro exclusivo dos seus associados.

O ambientalismo da região Sul não difere do ambientalismo das demais regiões do país. Em termos políticos, podemos salientar que os grupos entrevistados souberam comunicar suas experiências de modo a fazer-se sentir diferentes e, como nas outras regiões, utilizaram de um poder de convencimento para chamar parceiros e aporte financeiro em favor das suas demandas.

Como dito anteriormente, a efetivação dos projetos levados de forma independente pelas entidades ambientalistas aponta, para nós, para um fato de extrema importância: a tese da afirmação de uma esfera pública plural e expansiva no Brasil, onde bens e valores culturais são afirmados autenticamente. Em outras palavras, a maior parte dos projetos ilustrados aqui apresenta conteúdos que foram incorporados pelos atores sociais, que os desenvolveram e acreditaram neles. Esse dado é fundamental para se entender a ideia do *ambientalismo político, seletivo e diferencial*.

A pesquisa não teve como objetivo focar as precariedades nas relações de trabalho dos ambientalistas, mas essa característica ficou evidente em *todas* as situações comunicadas pelas entrevistas. Diferentemente de uma situação de descompromisso social com relação à crítica à hegemonia do capital, pudemos perceber que, entre os ambientalistas, predomina a ideia de trabalhar a ação política (a ideia de *ambientalismo político*) no nível local e comunitário, assim como também mais fortemente de atuar em esferas institucionais de deliberação pública e descentralizada. É o caso da forte interação dos

ambientalistas com ministérios e órgãos públicos que possuem fundos de investimento em projetos ambientais. É predominante, portanto, uma visão de atuação em pequenos grupos isoladamente nos espaços públicos de gestão do meio ambiente. Nesse sentido, outras pesquisas já evidenciaram que o ambientalismo brasileiro vê-se diante de uma incapacidade histórica de organização melhor coordenada para dar conta de aspirações políticas mais radicais, como também que prevalece entre seus membros um sentimento de politização relativa a temas apenas específicos e localizados (ALEXANDRE, 2000, 2003). Por extensão, as pesquisas indicam ainda sentimentos de desconfiança, retraimento, crenças suprapartidárias e políticas individuais como fazendo parte de um ideário de ação dos ambientalistas brasileiros. Ambíguo ou não, em certos casos prevalece a noção de otimismo com a evolução favorável de aceitação pelas classes dominantes e dominadas do movimento ambientalista entre nós e no mundo (SOUZA FILHO; DURANDEGUI, 2002).

A característica *seletiva* dos projetos analisados está presente na forma de dependência econômica ao capital. Por sua vez, as ações ambientais *diferenciais* caracterizaram-se por um profundo sentido de pertencimento cultural e capacidade demonstrada de descentramento de valores dominantes, o que foi evidenciado, por exemplo, em projetos comunicados de ecoconservacionismo (especialmente da região Norte) e ecossocialismo.

Finalmente, o que chama a atenção *em todas* as situações analisadas é a debilidade estrutural dos efetivos ganhos reais dos projetos analisados em termos de continuidade a médio e longo prazo, principalmente se considerado o diminuto capital disponibilizado e a cadeia produtiva e de comercialização existentes. Igual às pesquisas referentes à lógica da economia solidária, esse dado está vinculado à ressignificação das relações de trabalho imposta pela base hegemônica do capitalismo e pela defesa do descompromisso público com o assalariamento e o incentivo ao autoemprego (BARBOSA, 2007).

Capítulo 4

DEMOCRACIA E POLÍTICA BRASILEIRA PARA A SUSTENTABILIDADE

A institucionalização da questão ambiental tem reorientado a democracia brasileira para o reconhecimento de novos desafios. Salvo poucas exceções, as orientações pretéritas existentes sobre desenvolvimento econômico eram orientações carregadas de uma positividade absoluta no que diz respeito ao consumo ilimitado da natureza, compreendida esta como abundante e exuberante (PÁDUA, 1987). Para ficar apenas no século XX, desde Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e os militares, o discurso oficial da República brasileira teve refletido sempre a ideia de um país com a predisposição para o crescimento exponencial, firmado na convicção de que a preocupação com a preservação ambiental era um tema relacionado apenas com os países ricos, que já tinham alcançado o bem-estar econômico e material. O governo de Fernando Collor de Mello trouxe uma inflexão substancial no arranjo político institucional, a partir do momento em que o Brasil já tinha optado, desde a presidência de José Sarney, por ser o anfitrião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992.

Neste capítulo, apresentamos algumas mudanças da vida democrática brasileira a partir da incorporação da ideia de susten-

tabilidade. O período de análise compreende quase três décadas: 1980-2008. A metodologia de coleta de dados da pesquisa utilizou material de estudos de diversas áreas, principalmente da área de comportamento político. Esses estudos estão dispostos à crítica em dois domínios de análise que correspondem:

- a) ao arcabouço institucional estatal e interestatal como marco de construção da ancoragem para a sustentabilidade; e
- b) à referência normativa da democracia como significado de reflexividade das práticas sociais que coincidem com a ideia da sustentabilidade.

A título de introdução, convém precisar que o termo sustentabilidade foi cunhado por Maurice Strong e veio a servir para o “espírito” da ECO-92, porque, para a realização da conferência, se demandava por um compromisso comunicacional de grande aceitação que pudesse expressar a continuidade do desenvolvimento com equilíbrio do meio ambiente (LEFF, 1998, p. 165). De fato, o termo logrou difusão e tornou-se a expressão que melhor significa o compromisso do ambientalismo mundial em tratativas internacionais para a proteção do planeta. Os resultados empíricos de aplicabilidade dos seus fins estão, no entanto, muito aquém do mínimo desejado para os compromissos que vêm sendo assinados. No espaço deste capítulo, esses problemas também são analisados, tendo como orientação a discussão sobre a polissemia do termo sustentabilidade e, mais especificamente, nos domínios de compreensão:

- sobre as mudanças climáticas; e
- sobre a conservação da diversidade biológica e social.

É verdade que a expressão sustentabilidade está carregada de uma força emblemática. Como um valor de época, a sustentabilidade traz consigo uma proposta transformadora para os padrões de socialização da humanidade. Sustentabilidade é uma palavra diplomática e, ao mesmo tempo, fruto da articulação de uma sociedade civil planetária

que se organiza e, oferecendo exemplos, dá sentido à disposição para renovar a maneira de encarar a natureza. Desde a ECO-92, os discursos de ambientalistas e governantes da maior parte das nações do mundo proclamam o início de uma nova proposta civilizatória incondicional para toda a humanidade: o cuidado, acima de tudo, do planeta Terra.

Deve-se reconhecer daí que, em primeiro lugar, jamais a história de toda a humanidade esteve tão condicionada a um só discurso, pois se trata da salvaguarda da base biofísica de nossa existência. A sustentabilidade é um valor carregado de sentido na medida em que enfrenta, como dito acima, o desafio de criticar a maneira moderna de conceber a vida no planeta. Ao mesmo tempo, o seu emprego tem originado uma profusão polissêmica de sentido e aplicação. Não se trata aqui de colocar em dúvida a necessidade de seu valor e adequação de sentido intrínseco, tal como o espírito de sua criação nos fornece, mas de apontar para discussões de fundo que devem ser feitas quando do seu emprego. Nesse sentido, queremos frisar que este capítulo apresenta um recurso didático de modo a elucidar conteúdos intransparentes contidos em estratégias de discursos do senso comum ou de experiências de desenvolvimento que utilizam o termo sustentabilidade, mas que, na verdade, mascaram interesses de fortes grupos econômicos com o aval do poder estatal.

Por isso, entendemos que, por mais que seja um termo de valor essencial a nossa época, a sustentabilidade está em questão. Este livro objetiva justamente fazer pensar a trajetória das concepções ambientais. A análise do conceito de sustentabilidade nos remete à discussão da etimologia da palavra e da situação histórica na qual ela foi concebida. O sentido polissêmico que se faz dela na atualidade merece uma análise cuidadosa.

Queremos dizer que a polissemia do termo sustentabilidade remete-nos as mais diferentes críticas às aplicações inadequadas e oportunistas que têm sido utilizadas com o fim de justificar o desenvolvimento das forças econômicas do capitalismo. Em termos de pressupostos de análise, o presente capítulo está ancorado no ponto de

vista referente à aceitação da discussão da sustentabilidade como eixo condutor de um rol de questões sociais que estão imbricadas com ela. Nossa preocupação é de oferecer ao leitor uma sintonia mais fina com o desafio epistemológico de compreensão da problemática ambiental no campo da vida democrática brasileira.

De um primeiro exame inicial crítico, podemos afirmar que, na atualidade, a sustentabilidade denota um conceito articulador do novo capitalismo. Neste caso, a análise está voltada para a importância de se distinguir um novo tipo de capitalismo, que não abandona a atitude da exploração da natureza e dos trabalhadores, mas é preocupado com o disciplinamento da atividade produtiva. O recurso à expressão sustentabilidade tem servido para expressar um novo sentido do capitalismo, o qual se apresenta muitas vezes como simples propaganda (caso do veículo Ecosport), ou como uma empresa definida a partir de critérios de uso adequado da natureza e com responsabilidade perante a sociedade fornecedora de matéria-prima (caso de produtos da empresa *Natura*).

A sustentabilidade serve como estratégia definidora de programas de políticas públicas gerais e específicas. Trata-se aqui do esforço de gestores públicos de promover análise, planejamento e gestão de programas de interesse pela questão. No rol de ação, figuram, por exemplo, planos nacionais, estaduais e municipais de promoção da Agenda 21. Muitas vezes desenvolvendo trabalhos em parceria com ONGs, demais programas estão interligados às demandas de movimentos sociais específicos, como movimentos ambientalistas, indígenas, etc. Noutras situações, o conceito de sustentabilidade é oferecido como norte do desenvolvimento científico. O avanço do conhecimento passa a ser medido através da correspondência com princípios de menor potencial ofensivo aos problemas ambientais. Emergem daí conceitos como *princípio da prudência, princípio da precaução, resiliência e responsabilidade ambiental* (CATTANI, 2003; VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005).

No estatuto jurídico contemporâneo, o cuidado com a questão ambiental aparece na forma de leis gerais e específicas. São as *leis de proteção ambiental, as ações jurídicas de tutela do meio ambiente* e o conceito de *cidadania ambiental planetária*. É fato que, a partir de meados da década de 1980, a redemocratização do Brasil trouxe a esperança de que os processos sociais estariam orientados pelo respeito à sustentabilidade. Naquele momento, o Congresso Nacional promulgou uma série de leis ambientais de garantia à proteção da sustentabilidade. A título de exemplo, entre as principais leis e princípios doutrinários de direito ambiental existentes no Brasil estão as seguintes (entre elas normas constitucionais):

- 1) princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal (art. 225, 1º, Constituição Federal);
- 2) princípio da prevenção e da precaução (art. 225, 1º III, Constituição Federal; Resolução nº 1/86 – dispõe sobre a Avaliação de Impacto Ambiental);
- 3) princípio da informação e da notificação ambiental (art. 6º, 3º, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente);
- 4) princípio da educação ambiental (art. 225, 1, VI, Constituição Federal);
- 5) princípio da participação popular e atuação dos órgãos colegiados (Resolução 1/86 do CONAMA para Avaliação de Impacto Ambiental na fase de comentários e audiência pública);
- 6) princípio da responsabilidade da pessoa física e jurídica (Lei nº 9.605/98);
- 7) princípio do desenvolvimento sustentado (art. 225, *caput*, Constituição Federal);
- 8) princípio da supremacia do interesse público na proteção do meio ambiente em relação ao direito privado (art. 5º, XXIII, 170, III, VI, 186, II, da Constituição Federal);
- 9) princípio da indisponibilidade do interesse público na proteção do meio ambiente (art. 225, Constituição Federal); e

10) Estatuto das Cidades; Lei da Ação Civil Pública; Lei das Águas; etc.

A correspondência dessas normas com a realidade concreta depende de vários fatores, tais como vontade política, instituições eficazes de ação, cultura jurídica e acesso facilitado a mecanismos de resolução de conflitos. Uma maneira de avaliar esses fatores está no livro *Políticas de resolução de conflitos socioambientais no Brasil* (ALEXANDRE, 2004), no qual estudamos, principalmente, o papel do Ministério Público e dos movimentos ambientalistas na definição das estratégias de entendimento e de resoluções de problemas socioambientais.

Como recurso linguístico estrategicamente pensado para o convencimento, a ideia de sustentabilidade é empregada como um novo estilo de desenvolvimento. Muitas vezes, trata-se do discurso da inquestionabilidade do progresso científico e econômico. Neste caso, as questões de impactos ambientais e sociais são pensadas como minimizáveis quando comparadas com os benefícios que o desenvolvimento econômico é capaz de trazer. Em geral, são defendidas, por exemplo, as construções de estradas, o alargamento de canais e o investimento de expansão da atividade econômica por significarem a criação imediata de novos postos de trabalho. A suposta sustentabilidade econômica é traduzida, assim, como vantagem inquestionável, restando, por exemplo, à realidade de comunidades indígenas, pesqueiras e rurais a adaptação forçada às condições estruturantes de novas formas de socialização que, em geral, têm impactos deletérios.

No Brasil, a ideia de sustentabilidade orienta propostas diversas de educação ambiental. Várias correntes epistemológicas são utilizadas em propostas de educação ambiental, com destaque para as abordagens oriundas da fenomenologia, do marxismo e do sistemismo. As propostas de educação ambiental são difundidas largamente como temas transversais, capazes de redefinir o sentido das orientações tradicionais da ciência. Algumas propostas não passam, no entanto, de instrumentos de adaptação à lógica do consumo, como no caso de programas escolares

de reciclagem. Em outras situações, a educação ambiental apenas é direcionada para o público de comunidades carentes, a fim de minimizar problemas ali existentes (LOUREIRO et al., 2000).

A bandeira da sustentabilidade figura como discurso emancipatório agregado a interesses de grupos minoritários. A sustentabilidade é empregada como recurso dos grupos minoritários que defendem interesses locais em protesto contra a instalação de obras públicas (como construção de hidroelétricas, linhas de transmissão de energia elétrica, etc.) que, por alguma razão específica, recorrem ao discurso da sustentabilidade como garantia de seus interesses em luta.

Diferentemente, a sustentabilidade é usada como plataforma de campanhas eleitorais das mais diferentes ideologias político-partidárias. A sustentabilidade é mascarada com o objetivo de que novos conceitos encubram velhas estratégias. Esta situação aparece em plataformas de candidatos em momentos eleitorais. O importante é também diferenciar as aplicações de promessas de campanhas eleitorais.

Por extensão, convém esclarecer que o estudo da democracia remete aqui não ao seu aspecto intrínseco correspondente aos seus mecanismos de funcionamento do tipo sistema de governo ou regime de governo. Importa ressaltar é que chefes de estado e partidos políticos têm que lidar com a problemática ambiental e aí assumem opções de valor quanto à sustentabilidade planetária. O enfoque central deste capítulo é, portanto, a política contemporânea no seu aspecto essencialmente prático e moral com respeito à predisposição dos governos e da sociedade civil em assumir o desafio de lidar com a questão da sustentabilidade, sem deixar, contudo, de tentar avaliar, secundariamente, os efeitos dessa opção em termos técnicos de eficácia e eficiência das medidas adotadas.

Passando, então, à descrição mais pontual de experiências estudadas, é importante entender que, em primeiro lugar, o tema da democratização do espaço público associa-se ao tema da sustentabilidade de forma heterogênea, como ocorre com outros temas que circulam

numa sociedade dividida por classes e interesses sociais divergentes. O modelo atual de desenvolvimento econômico é o maior produtor da crise ambiental. Numa sociedade democrática existem lutas concretas pelo acesso a bens públicos, como no caso do acesso à água (nascentes e fontes limpas de consumo, etc.). Por certo, estas disputas estão centralmente referidas a inúmeras definições dominantes do que seja meio ambiente, sustentabilidade, etc. (ALEXANDRE; KRISCHKE, 2006).

Os casos de lutas de defesa do meio ambiente são responsáveis por introduzir princípios democráticos nas relações sociais mediadas pela dependência à natureza. A democratização da questão ambiental no Brasil tem sido observada segundo vetores de institucionalização democrática. Acselrad (1992, p. 19) identifica exemplos deles que funcionam também como elementos centrais das lutas ambientais:

- 1) a igualdade no usufruto dos recursos naturais e na distribuição dos custos ambientais do desenvolvimento;
- 2) a liberdade de acesso aos recursos naturais, respeitados os limites físicos e biológicos da capacidade de suporte da natureza;
- 3) a solidariedade entre as populações que compartilham o meio ambiente comum;
- 4) o respeito à diversidade da natureza e aos diferentes tipos de relação que as populações com ela estabeleçam; e
- 5) a participação da sociedade no controle das relações entre os homens e a natureza.

Para Acselrad (1992, p. 19),

o movimento social contra a degradação do meio ambiente vem se articulando crescentemente com as lutas democráticas pela implantação de um novo modelo de cidadania. A defesa dos direitos ambientais das populações unifica lutas sociais com distintos objetivos específicos: o acesso a bens coletivos como a água e o ar, em níveis e qualidade compatíveis com

condições adequadas de existência; o acesso a recursos naturais de uso comum necessários à existência de grupos socioculturais específicos como seringueiros, apanhadores de castanha e comunidades indígenas; a garantia de uso público do patrimônio natural constituído por áreas verdes, cursos d'água e nascentes, frequentemente degradados pelo uso privado incompatível com os interesses coletivos da sociedade.

O estudo de tendências históricas na cultura e nas políticas públicas brasileiras nos permite, entretanto, perceber uma orientação casada com interesses enraizados. Estudos pontuais demonstram que a temática da sustentabilidade difundiu-se rapidamente como objeto de preocupação social, ao mesmo tempo em que passou a servir também como uma perspectiva original para se lidar com problemas já existentes. A questão ambiental foi tomada, por exemplo, como defesa de belas paisagens, como florestas, em lutas jurídicas entre condomínios, residências e moradores de favelas, ou entre empresas imobiliárias e pescadores artesanais em espaços de lagoas e praias (FUKS, 1997; ALEXANDRE, 2004). Velhos e novos interesses têm sido mobilizados, e às vezes incentivados, a partir da questão ambiental (ALEXANDRE; KRISCHKE, 2006).

Segundo Fuks (1997, p. 213), o envolvimento em questões ambientais reelabora conflitos sociais já existentes.

Possivelmente, esta é uma das razões que contribuem para o caráter conservador das versões disponíveis no âmbito da disputa em torno da definição do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. Embora toda novidade emergente no plano político-institucional envolva a mobilização de recursos culturais já existentes, o peso específico destes recursos, assim como a sua seleção, depende de fatores contextuais. No caso dos conflitos ambientais, no Rio de Janeiro, trata-se de um contexto que permite que novo assunto público se associe, com facilidade, a “temas” poderosos e historicamente consolidados. [...] a construção social do meio ambiente não ocorre no vácuo.

Fuks e, mais tarde, nossa pesquisa identificaram dados semelhantes sobre a situação dos estados do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, que são:

- 1) a participação do Estado como protagonista dos litígios ambientais; e
- 2) a existência de grupos determinados a operacionalizar litígios na forma de denúncias e a centralidade da localidade, fazendo com que o conflito ambiental insira-se numa dinâmica local e acarrete consequências específicas neste nível (FUKS, 1997, p. 207-209; ALEXANDRE, 1999, p. 8-11; ALEXANDRE, 2002a, p. 8-12; ALEXANDRE, 2002b, p. 389-393).

Em paralelo a esta situação, é importante observar que, diante da franca visibilidade das dimensões da crise ambiental global, a dinâmica da institucionalização da questão ambiental no Brasil segue, principalmente desde a década de 1990, um paralelo de mudança de valores e de mudanças sociais e econômicas de forma estruturante. A sociedade brasileira, que se define na contemporaneidade, organiza-se em torno de projetos coletivos ao mesmo tempo em que as instituições políticas existentes as dinamizam para tanto. No primeiro caso, encontram-se os atores sociais preocupados com a adoção de novos estilos de vida e no segundo caso aparecem novas instituições públicas redefinidas pelas forças da economia global e dos acordos do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que intensificam mudanças sistêmicas na institucionalidade brasileira.

Nessa nova lógica, são fortalecidos alguns grupos com atuação nacional, regional e local, que conseguem estabelecer com as fontes gestoras do governo apoio de investimento financeiro para o desenvolvimento de projetos de sustentabilidade. A Petrobras, por exemplo, desponta como a maior empresa de fundos de investimento em projetos ambientais no Brasil.¹² Tal estratégia é marcada por laços

¹² A esse respeito, consultar a própria publicidade da empresa, disponível em <<http://www.petrobras.com.br/>>.

de precariedade com respeito às relações de trabalho. Muitas vezes, os projetos têm servido para abrigar quadros de especialistas de recém-formados (bacharéis, mestres e doutores) das universidades brasileiras e mesmo de estudantes de ensino médio e superior, que encontram nesses projetos uma maneira de escapar do desemprego.

Há, portanto, uma atividade da sociedade civil ambientalizada que é parainstitucional. Isso ajudou a delimitação de um campo especificamente ambiental nas últimas duas décadas no Brasil, uma vez que os movimentos ambientalistas abandonaram também estratégias de denúncia e alvos específicos de embate no campo político, a partir do momento em que se sentiram motivados a participar da vida institucional brasileira quando ocorreu, de fato, a consolidação da abertura política (FERREIRA, 1999, p. 50; ALEXANDRE, 2000).

Deve-se perceber com alguma restrição o diagnóstico positivo de conquista de espaço da sociedade civil na nova institucionalização em curso nas duas últimas décadas. Em geral, observa-se apenas como vitória das ONGs a existência de sua dinâmica de trabalho e não se destaca precariedades e nem o encobrimento de situações que nelas podem ocorrer. Isso acontece justamente no momento em que a economia retém o nível de empregabilidade (BARBOSA, 2007). Desde a década de 1990, em especial, a principal característica da política é a presença de diversos setores da sociedade civil atuando em paralelo com o Estado. Para alguns pesquisadores, trata-se de uma confusão de papéis ou de uma substituição, no caso dos movimentos sociais em geral, de uma atuação reivindicativa por uma prática executiva. Gohn, por exemplo, entende que:

Os demandatários serão também os executores da implantação e da gestão do serviço reivindicado. Este fato muda radicalmente o paradigma da ação social coletiva. Necessariamente tais ações deixam de se estruturar como movimentos sociais e passam a ser articuladas em grupos organizados, com certo grau de institucionalidade. Estes devem ter como referência projetos,

propostas de soluções, sugestões, planos e estratégias de execução das ações demandadas. O poder público se transforma em agente repassador de recursos (GOHN apud SOUZA; LÜCHMANN, 2004, p. 6).

No caso particular da pesquisa com as práticas ambientais analisadas neste livro (em especial no terceiro capítulo), não há dúvida de que as ONGs ambientalistas, também “provedoras” de serviços antes restritos ao papel tradicional do Estado e refêns do mercado, apresentam uma atuação diferenciada em termos de afirmação política. São inúmeras as alianças que constroem: instituições filantrópicas, assistenciais e empresariais. Caracterizam-se, ainda, por um processo de institucionalização pautado pela especialização, profissionalização e adoção de um estilo de ação e gerenciamento baseado em critérios, metodologias e formas organizacionais que são próprios do campo empresarial (SOUZA; LÜCHMANN, 2004, p. 7).

Por consequência, em muitas situações é comum as práticas ambientais seguirem o caminho que as ONGs em geral têm trilhado. Não foi o caso que analisamos e descrevemos especificamente no terceiro capítulo deste livro, mas, conforme Dagnino, há um paradigma que é global expresso pela difusão de ONGs. Elas mantêm estreitos vínculos com o modelo neoliberal, na medida em que respondem às exigências dos ajustes estruturais por ele determinado. Nessa situação, há uma crescente desvinculação de vínculos orgânicos com os movimentos sociais que as caracterizavam em períodos anteriores. A autonomia das ONGs cria uma situação peculiar: elas se tornam responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as controla como prestadoras de serviços,

mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais cujos interesses são portadoras, ou perante qualquer outra instância de caráter propriamente público. Por mais bem-intencionadas que sejam, sua atuação traduz fundamentalmente os desejos de suas

equipes diretivas (DAGNINO apud SOUZA; LÜCHMANN, 2004, p. 7).

Nesse caso, requer-se muita cautela. Não se pode considerar que as ações de ONGs devem traduzir necessariamente interesses da sociedade civil no sentido de que essas ações, para serem legítimas, precisam passar pelo aval de um público coletivo organizado em assembleia, que decide por meio de votação. Essa é a ideia animadora da tradição dos públicos livres, estabelecida a partir do ideário rousseauiano. Mas também pode mascarar interesses em nome do “assembleísmo”, única forma de legitimar interesses comuns (e não apenas da maioria) na tradição de reflexão sobre movimentos sociais autônomos. Entendemos, ao contrário, que a autonomia política das ONGs advém de interesses plurais e difusos na sociedade. Nesse sentido, as ONGs se diferenciam do aparelho estatal e do mercado (embora em associação com eles), pois agrupam legitimamente as demandas existentes de dentro da sociedade civil, inclusive de um público de especialistas em assuntos de interesse de minorias (HABERMAS, 1997; KRISCHKE, 1997; COHEN, 2003).

Em sintonia com essa peculiaridade dos temas de importância ambiental, vale citar Rebecca Abers e Karina Dino Jorge (2005), pesquisadoras que detalharam os motivos institucionais e do público brasileiro em geral pelo interesse de formação e participação em comitês de discussão e deliberação sobre temas socioambientais, como os comitês de gestão da água no Brasil. No caso da gestão de águas, esse dado é importante, porque ele indica uma tomada de posição de atores sociais interessados com a questão mesmo antes que a Política Nacional dos Recursos Hídricos determinasse a obrigatoriedade da gestão descentralizada da água no país (art. 21 da Constituição Federal e Lei nº 9.437, de 1997, “Lei das Águas”). Os dados levantados no estudo de abordagem relacionam a existência de cem comitês de bacia no Brasil, revelando riqueza de detalhes ao mostrar, principalmente:

- a) interesses diversos sobre a possibilidade de que as políticas que modificarão a estrutura de incentivos sejam futuramente implementadas, especialmente no que diz respeito à cobrança pelo uso da água;
- b) a necessidade generalizada, na atualidade, de se criar instâncias de negociação entre múltiplos atores (*stakeholders*) em torno de problemas relacionados à temática variada da água;
- c) a especialidade técnica e o saber dos peritos em acreditar ser melhor a atuação no sistema de gestão por bacia; e
- d) a crescente legitimidade social e política da gestão participativa (ABERS; JORGE, 2005, p. 119).

Há casos também em que a dinâmica de institucionalização da questão ambiental vem favorecendo o diálogo de aproximação de grupos sociais sem nenhuma experiência prévia importante com a vida política. O alvo preferencial desses projetos pesquisados são categorias sociais apartadas da vida cidadina como ex-sem-terras assentados, ribeirinhos ligados ao movimento dos seringueiros, ou mesmo parceiros urbanos de vida afastada, como é o caso de pescadores, roceiros e extratores que habitam a faixa litorânea da Mata Atlântica (FERREIRA, 1999, p. 46-47).

As atividades desenvolvidas diretamente por populações tradicionais são, entre muitas, as de cooperativismo, comercialização dos produtos e de sistema de manejo florestal. Estudos indicam que a viabilidade da preservação das comunidades tradicionais em reservas deve ser projetada a partir de uma visibilidade econômica, afeita como está hoje à busca de alternativas de comercialização de seus produtos no mercado internacional. O Conselho Nacional dos Seringueiros, por exemplo, dispõe do Centro de Formação e Pesquisa, o qual investe na diversidade da produção, pesquisa em manejo natural, agroflorestal e neoextrativista e de conservação genética (DIEGUES, 2001, p. 148).

Segundo levantamentos do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais, ligado ao IBAMA, a viabili-

dade das comunidades que detêm conhecimento tradicional é significativa, tomando-se a renda familiar dos extrativistas, que chega a ser superior à renda de 60% da população residente urbana da região Norte, que no último censo de 2000 ganhava até um salário mínimo. Essa superioridade tende também a aumentar com o incremento da atividade extrativista, segundo o que esse mesmo estudo apontava.

Nos últimos anos, houve um aumento acelerado de problemas ambientais, especialmente daqueles relacionados com as áreas urbanas, como favelização, carência nos serviços de abastecimento de água e de esgoto e intensa especulação imobiliária nas faixas litorâneas.¹³ As políticas públicas dos governos brasileiros de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva podem ser identificadas, no entanto, como políticas com alguma capacidade de diminuição das diferenças sociais. O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Humano de 2003 relata um aumento no Índice de Desenvolvimento Humano para o país. Para a ONU, o Brasil é o país que galgou mais posições na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde 1975. Foram 16 pontos ganhos ao longo de 26 anos, levando o país à 65ª posição. Nas políticas voltadas para o atendimento das necessidades sociais e nas políticas compensatórias dos governos FHC e Lula houve realmente um avanço significativo de direcionamento de atitude, mas há muito mais por fazer ainda.

O papel estatal tem sido ainda um papel de incremento da atividade de desenvolvimento industrial, criação de empregos e de controle da inflação. Nesses governos, a sustentabilidade é percebida como uma política setorial de controle do desmatamento, proteção de áreas e reservas ambientais e de incentivo ao turismo ecológico. Numa hierarquia de escala, a via estatal da democracia associada à sustentabilidade poderia ser aferida como uma via de baixa ou fraca

¹³ A esse respeito, consultar dados do Censo Demográfico Brasileiro do IBGE (2000).

capacidade de transformação da lógica de domínio da natureza diante da hegemonia de poder do sistema capitalista promotor das desigualdades sociais e dos problemas ambientais. Em muitas declarações oficiais, os governantes manifestam uma preocupação com o desenvolvimento sustentável, mas quando se referem concretamente a projetos de desenvolvimento não hesitam em considerar a questão ambiental como um “entrave”. Vejam-se a esse respeito os casos recentes de duplicação de estradas, construções de usinas hidroelétricas e termoeletricas, além das discussões sobre o plantio de sementes modificadas geneticamente.

A via brasileira de institucionalização da sustentabilidade em termos interestatais apresenta-se como uma estratégia de política internacional de adequação à problemática ambiental global. Em que pese as ações do ambientalismo internacional de denúncia de problemas ambientais ligados ao desflorestamento da Amazônia e aos conflitos ali existentes, como o que veio a ser vítima Chico Mendes (em Xapuri, no estado do Acre, em 22 de dezembro de 1988), o nexo entre democracia e sustentabilidade global vem sendo forjado recentemente como um novo alinhamento da política externa brasileira rumo à cooperação econômica e tecnológica dentro de um escopo de ação global muito mais cooperativo do que conflitivo (comparado com a época da Guerra Fria). O Brasil é destaque em política externa por conduzir esforços de liderança em temas como mudanças climáticas, reservas de patentes de conhecimento tradicional e conservação da biodiversidade.

A atividade institucional brasileira está aliada a inúmeras redes de cooperação econômica, científica e tecnológica do exterior. A ONU (representação brasileira) é destaque em atividades de parcerias pluri-institucionais. Entre os programas em atividade, destaca-se o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em nove linhas de trabalho (pobreza e desigualdade; meio ambiente; raça; educação e cultura; saneamento; segurança e justiça; administração pública; cidadania; e energia) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com destaque para o Projeto do Milênio. Em

todas estas ações funcionam em conjunto interesses associados de governo, empresas e grupos sociais os mais diversificados.

No espaço das articulações internacionais, embora desprovido de todas as formalidades, é destaque o papel que está tendo a sociedade civil organizada como um novo ator institucional. Na condição de ONGs com representações e delegados nomeados para eventos patrocinados pela ONU, a importância do papel dos movimentos ambientalistas internacionais aponta para uma clivagem no entendimento tradicional das ciências sociais. O estudo de Liszt Vieira (2001) identifica pontualmente as mudanças que vêm ocorrendo. Para Vieira, o fim da Guerra Fria trouxe uma redistribuição do poder entre Estados, mercados e sociedade civil. Além de perderem autonomia numa economia globalizada, os governos estão partilhando poderes – inclusive papéis políticos, sociais e de segurança, no âmbito da soberania – com as empresas, as organizações internacionais e grupos de cidadãos conhecidos como ONGs. Os princípios da Paz de Vestfália (1648), baseados nas fronteiras territoriais e na autoridade secular e suprema dos Estados, estão se dissolvendo. Assuntos como recursos e ameaças naturais, informação, cultura popular têm influenciado vidas e economias com pouca consideração quanto às fronteiras políticas. Padrões internacionais de conduta estão começando a substituir gradualmente as reivindicações de singularidade nacional ou regional; mesmo os países mais poderosos são compelidos pelo mercado e pela opinião pública internacional (VIEIRA, 2001, p. 208).

A dimensão internacional da democracia envolve um processo de participação considerável de pessoas e de estratégias. Segundo Bill Pace, do Movimento Federalista Mundial, a Cúpula da Terra, a Conferência da Rio-92, é, com certeza, o ponto culminante deste processo. Na conferência do Rio de Janeiro houve um número maior de cidadãos do que de representantes de governo. Já para Peter Padbury, ex-coordenador do Fórum Internacional de ONGs, existe não apenas o envolvimento em número, mas também com poder de decisão. Para

ele, as ONGs desempenham um papel relevante no que foi considerado um dos processos mais importantes dos últimos anos, que foi o Painel sobre Florestas, no qual atuaram como se fossem governos. Foram convidadas, tiveram dez assentos e podiam dizer o que quisessem que passaria a integrar como parte do texto. No processo do HÁbitat, as ONGs estavam no *bureau*, e foram levadas em consideração na hora do voto (VIEIRA, 2001, p. 207).

A participação brasileira na esfera global na década de 1990 foi moldada por quatro desafios. Em primeiro lugar, o da aceitação das interferências impostas pela política global ao princípio da soberania nacional. Em segundo lugar, o de assumir claramente a decisão de disputar posição permanente no Conselho de Segurança da ONU, quando da oportunidade de haver a sua ampliação no número de representantes oficiais (uma questão que existe como um certo consenso internacional). Em terceiro lugar, o de fortalecer o Mercosul como uma estratégia de estabelecer uma melhor integração internacional na economia global. Em quarto lugar, o de acentuar o suporte brasileiro aos princípios do universalismo e do contratualismo em questões como direitos humanos, equidade social e meio ambiente. Estes quatro desafios marcam uma clivagem na política externa brasileira, contrária à perspectiva anterior existente, que esteve assente entre as décadas de 1970 e 1980, quando então o país baseava sua inserção internacional em princípios como o da soberania nacional absoluta, ao mesmo tempo em que desejava tornar-se uma grande potência na arena global, inclusive visando estabelecer-se como uma forte potência militar (VIOLA; LEIS, 1991, p. 15).

Desde então, as faces estatal e interestatal do processo de junção entre valores democráticos e valores de sustentabilidade têm marcado a dinâmica da política externa brasileira. A política de integração entre representações oficiais e de ONGs ambientalistas brasileiras tem sido implementada desde 2000. Em janeiro de 2001 teve seu momento de maior destaque com a edição do 1º Fórum Social Mundial, em Porto

Alegre – que com os demais eventos desse tipo tem inserido as iniciativas das ONGs nos debates públicos sobre a democracia mundial.

A temática das mudanças climáticas tem relacionado, de forma surpreendente, a democracia à questão da sustentabilidade. A primeira demonstração de união partiu da assinatura da Convenção sobre Mudanças Climáticas, durante a ECO-92. O Protocolo de Quioto, discutido em 1997, mobilizou a opinião pública mundial em torno da questão sobre a sua pertinência, principalmente porque os países signatários não encontravam mecanismos de consenso para a redução de emissão do dióxido de carbono. Somente em 2005 o Protocolo de Quioto foi assinado (tornando-se efetivamente Tratado), com uma nova garantia dos países desenvolvidos de reduzir em 5%, até os anos de 2008 e 2012, os níveis de emissão de carbono, tomados pelas contagens de 1990. Espera-se que os países da União Europeia diminuam as suas emissões em 8%. O Tratado foi ratificado por mais de 55 países e por aqueles emissores responsáveis por mais de 55% de gases que causam o efeito estufa, que correspondem ao número de 38 países industrializados, juntamente com o Kazaquistão, Turquia e Belarus. Não participam do Tratado os EUA, maiores responsáveis pelas emissões do gás poluente, e a Austrália.

Os atuais objetivos traçados para atacar o problema do aquecimento global são muito criticados. Os cientistas têm declarado que reduzir em 5% a emissão dos países industrializados é muito pouco. Os especialistas falam em redução de 60% das emissões para se evitar as piores consequências do aquecimento global.

Por essa razão, discute-se que o Tratado não está tendo efeito prático. O papel dos países em desenvolvimento, no entanto, tem sido muito considerado, uma vez que eles podem contribuir para a estratégia de desenvolvimento limpo. Outra inovação do Tratado de Quioto foi a proposta do Brasil de incentivar a redução de emissões de carbono com a ideia de “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”, também conhecida como simplesmente “comércio de emissões de

carbono”. Este mecanismo funciona na base da compra e venda dos níveis de emissões dos gases que provocam o efeito estufa para cada um dos países que aderiram ao Tratado de Quioto.

Na proposta do Brasil, os países muito poluidores podem comprar o direito de poluir, mitigando sua ação com a aplicação de atividades que aumentem a capacidade do ambiente absorver mais carbono. Entre as atividades recomendadas pelos signatários do Tratado estão as de plantio e cultivo de árvores. Essas iniciativas têm tido boa acolhida e estão sendo implementadas principalmente nos países em desenvolvimento.

É importante pontuar, entretanto, que as discussões sobre mudanças climáticas estão passando ao largo de uma preocupação mais sistêmica. Nos fóruns internacionais, as discussões sobre a redução dos níveis de emissão de gases poluentes já tiveram preocupações maiores. A I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, por exemplo, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, iniciou com a proposta de parar literalmente o desenvolvimento. Esta proposta estava baseada no Relatório encomendado pelo Clube de Roma que ficou conhecido como “Relatório Meadows”, e que tinha o título sugestivo de *Os limites do crescimento*. Pela primeira vez, as nações participantes passavam a discutir os limites biofísicos do planeta e a polissemia do termo desenvolvimento. Estocolmo representou para a história da humanidade uma perspectiva de mudança de rumo, e em especial para a civilização ocidental, pois a conferência assumiu a importância de reconhecer que os padrões de desenvolvimento dos países ricos são insustentáveis.

Hoje parece haver uma perspectiva inversa de consenso, qual seja a de que os países ricos representam a sustentabilidade. Nesse sentido é que eles aceitam a redução nos níveis de emissão de gases poluentes, quando deveriam assumir a falácia da lógica econômica neoliberal. Este ponto é fundamental. O nexu entre sustentabilidade e lógica capitalista é impossível. No sistema capitalista, a natureza é vista

simplesmente como mercadoria e o clima está sendo tratado segundo a lógica da mercadoria. Os países signatários da Convenção sobre Mudanças Climáticas e, como consequência do Tratado de Quioto, têm justamente avançado muito pouco para enfrentar o problema do efeito estufa, porque não demonstram propostas para reduzir a lógica de dependência de nossa espécie ao fetiche da mercadoria. Atacam as consequências e não as causas do problema do planeta.

Em relatório da ONU, divulgado por ocasião da realização, em Curitiba, da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, durante os dias 21 e 31 de março de 2006, apresentaram-se dados que colocam a humanidade como responsável pelo declínio de 40% das populações de 3.000 espécies nos últimos 25 anos. Segundo o *Panorama Global da Biodiversidade 2*, como é chamado o relatório da Conferência, apenas em duas áreas houve melhorias: em quantidade de áreas protegidas e na qualidade da água em ecossistemas, num universo de 15 indicadores.

Segundo esse *Panorama*, a exploração excessiva de peixes grandes do Atlântico Norte fez com que se perdesse 66% de sua população nos últimos 50 anos. Com relação às áreas marinhas, apenas 0,5% dos mares do mundo estão sob alguma forma de proteção. Sobre os manguezais (berçários naturais de milhares de espécies), os dados apontam para uma destruição de 35% nos últimos 20 anos. O mundo está perdendo 6 milhões de florestas primárias a cada ano desde 2000, sendo que, segundo o relatório, a América Latina responde por mais de 2/3 dessa queda. Os corais, que são berçários naturais da biodiversidade nos oceanos, passaram de uma cobertura de 50% para apenas 10% no Caribe nas últimas três décadas. Os dados absolutos de espécies registradas caíram 40% entre 1970 e 2000, sendo que as espécies que habitam regiões pantanosas, rios e lagos sofreram queda de 50%. Além disso, apenas 12% de 292 bacias hidrográficas estudadas não estão afetadas por represas e 52% das espécies de ave estão ameaçadas de extinção. Na atualidade, o estudo destaca que 20% é a demanda excedente de recursos diante da capacidade do planeta

em renová-los. Entre os serviços que a biodiversidade nos fornece, como água limpa, recursos pesqueiros, polinização, regulação climática e capacidade da atmosfera de processar e eliminar poluentes, a maioria deles está comprometida.

A vulnerabilidade do planeta é tamanha que o estudo aponta que a extinção de espécies é mil vezes mais rápida que em qualquer período da história anterior. O momento histórico tem levado, no entanto, a iniciativas de louvor, com deliberações e tomadas de posição. Países de megabiodiversidade, como o Brasil, têm tomado iniciativas que demonstram que o papel da democracia relativo à sustentabilidade é preponderante para rever o curso da história moderna. No caso específico dos desdobramentos da 8ª Conferência, vale destacar a iniciativa de discutir a criação de um regime internacional de acesso e repartição de benefícios provenientes do uso da biodiversidade, a qual já vem sendo proposta desde a ECO-92. O regime regulamentaria o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade, como plantas medicinais, e ao conhecimento tradicional ligado a estes recursos. O objetivo é regular a repartição dos benefícios financeiros provenientes da comercialização dos recursos genéticos, especialmente de fármacos e cosméticos, entre populações que detêm o conhecimento tradicional desses recursos, geralmente indígenas, quilombolas e extrativistas.

É importante destacar, no entanto, que a conservação da diversidade biológica e social não depende apenas da promoção de políticas de inserção no mercado. Este ponto é fundamental para a compreensão dos elementos de integração das políticas de democratização para as minorias étnicas e das práticas socioambientais. Segundo Diegues, as culturas tradicionais podem ser definidas como possuindo um modo de produção pré-capitalista. Dentro de uma perspectiva marxista, o trabalho aqui ainda não se tornou mercadoria, há grande dependência dos ciclos naturais e dos recursos naturais, havendo, é claro, para os dias de hoje, uma dependência do mercado, mas que não é total. De acordo com o referido autor,

Essas culturas se distinguem das associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes. (DIEGUES, 2001, p. 82).

Sendo um sistema econômico e social diferenciado, a modalidade de exploração dos recursos naturais e de uso da força de trabalho humana também o é. Diegues cita, por exemplo, a diferença entre os pescadores artesanais caiçaras e os inseridos na pesca empresarial-capitalista do porto de Santos. Há, entre os primeiros, durante a partilha do pescado capturado, uma parte que vai para o consumo dos familiares e vizinhos, além de ir também para viúvas e crianças. Com os pescadores embarcados, toda a produção fica com o armazém do porto (DIEGUES, 2001, p. 82-83).

Entre as populações tradicionais destaca-se também a noção de *território*, onde uma porção da natureza é reivindicada para todos, ou para parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle e uso sobre a totalidade ou ainda para parte dos recursos naturais aí existentes, que a sociedade deseja ou é capaz de utilizar. Essa noção de espaço vem, por longo tempo, alimentando a discussão em torno da Tragédia dos *commons* (populações tradicionais), formulada por Garrett Hardin, em 1968, na revista *Science*, nº 177. Nesse artigo, Hardin previa uma tragédia para essas populações tradicionais, acossadas pela racionalidade individual burguesa, a qual ele entende como inerente também à racionalidade dos *commons*, e pela demanda capitalista crescente, que só seriam controláveis com a privatização e estatização das áreas com regime comum de propriedade.

Na ecologia humana, a tese de Garrett Hardin ocupa uma posição de destaque na literatura de análise crítica correspondente às formas de propriedade e acesso aos recursos naturais. Conforme Feeny (1997, p. 12), é certo de que tem havido uma substancial evolução da análise

interpretativa sobre a “evidência” em torno da tragédia dos *commons*. A tragédia postulada por Hardin tem sido vista criticamente na literatura de análise das formas de propriedade e acesso aos recursos naturais, porque ela pressupõe primeiramente uma racionalidade individual dos atores sociais envolvidos no manejo de recursos comuns. Esta racionalidade individual orientaria, segundo Hardin, uma inevitável sobre-exploração desses recursos comuns.

A imperfeição do manejo em propriedades de uso comum corresponderia à condição de livre acesso da parte dos comunitários a todos os recursos existentes. Conforme sublinha Feeny (1997, p. 18), Hardin observou, como conclusão, que a tragédia das populações tradicionais é inevitável devido não só a essa suposição de uma racionalidade individual e de um livre acesso aos recursos comuns como também à ausência de restrições das condutas dos indivíduos e das condições de que a demanda do mercado excede a oferta e de que os usuários dos recursos são incapazes de modificar as normas comerciais deste mesmo mercado crescente. Hardin estaria convencido, portanto, de que as propriedades privadas e aquelas administradas pelo Estado podem, e com muita frequência, lograr êxito no manejo dos recursos.

Mas Hardin não tem conseguido resistir ao crivo da crítica. Em muitos casos, as formas de acesso aos recursos em áreas de uso comum têm sido reguladas, conforme o interesse dos próprios comunitários. Esse é o dado mais importante com relação à democratização das políticas ambientais. Por ignorar os fatores culturais que orientam as formas de acesso aos recursos naturais, a crítica geral a Hardin está em que ele privilegiou um determinismo da lógica do mercado que já estaria supostamente incorporado nas práticas dos usuários dos bens comuns. Essa espécie de determinismo explicaria a terrível ameaça de uma demanda comercial maior do que a capacidade de oferta da base dos recursos naturais que estariam sujeitos, então, a total falta de regulação da parte de seus proprietários em regime de uso comum. Dessa forma, Hardin negligenciou, também, o fato de que estes proprietários possam

ser capazes de criar normas de utilização dos recursos comuns, o que inclui impor restrições ao livre acesso. Aliás, nos relatos antropológicos sobre as formas de uso e apropriação dos recursos comuns aparecem com frequência o contrário: as restrições sociais ao livre acesso.

Noutro particular, a crítica à tragédia dos comunitários (ou populações tradicionais) destaca outra contraditoriedade. A sugestão de Hardin, que aduz a solução do problema pela via da apropriação privada e da administração estatal dos recursos em áreas comuns, tem-se demonstrada ainda mais trágica. A conversão de áreas de uso comum em áreas de propriedade privada ou administradas pelo governo vem-se demonstrando, com frequência, em solução duvidosa (DIEGUES, 1999, 2001).

Depreende-se, portanto, que, para a noção de *território*, entre as populações tradicionais importante não é tanto o meio físico, e sim as relações ali existentes. Assim acontece com essas populações que exploram o meio marítimo, que Diegues estudou em Alagoas. Lá, marcas de posse – as “caiçaras” – são instaladas na laguna de Mundaú e Manguaba, inclusive de forma “invisível”, como os “rasos”, indicando lajes submersas, onde há certa abundância de peixes de profundidade. A “caiçara” é uma espécie de armadilha feita de galhos para a captura de peixes em estuários e lagunas, hoje difundida amplamente pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), como unidades de recife artificial induzidas e manipuladas pelos pescadores artesanais. Outros saberes são também, muitas vezes, compartilhados em segredo pelos pescadores artesanais através de um complexo sistema de triangulação de pontos, para o qual se usa alguns acidentes geográficos da costa, como torres de igrejas, picos de morros, etc. para a captura do pescado. Já para as comunidades que praticam a agricultura terrestre, mesmo a itinerante, há o hábito de demarcar largamente a propriedade. Essas áreas são comunais, como as comunidades caiçaras de São Paulo estudadas por Diegues (1999). O território descontínuo é o que marca essas regiões, possuindo estreita

relação com a Mata Atlântica, de onde retiram a madeira para suas canoas, para a construção, equipamentos de pesca, instrumentos de trabalho, medicamentos, etc. Dali sai também, ainda, uma reprodução viva de símbolos e mitos que essas populações tradicionais constroem, enriquecendo há tanto tempo o imaginário popular dos povos de floresta, rios e lagos brasileiros, como a caipora/curupira, o boitatá, etc. (DIEGUES, 2001, p. 83-85; 154).

Esses elementos teóricos são essenciais para se compreender a riqueza de diversidade das políticas ambientais voltadas para a conservação no Brasil. Dessa forma, vale frisar o conceito empregado por Diegues (2001, p. 87) para as populações tradicionais:

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. esse *know-how* tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra “respeito”, que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade.

Segundo Diegues (2001, p. 87-88) ainda, as culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco o compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Essas características, no entanto, podem levar a pressupor que as populações tradicionais se encontram isoladas no Brasil. Com maior ou menor dependência do modo de produção capitalista, elas são levadas muitas vezes à desorganização, afetando também a sua relação com a natureza e os recursos que utiliza, ainda mais quando o indivíduo se torna um pequeno produtor. Muitos indivíduos dessas populações saem de seus povoados para trabalhar na cidade. No caso específico da região Norte, nas reservas extrativistas, isso é menos comum. Os processos de mudança social porque passam essas sociedades foram estudados no trabalho *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido.

Nesse sentido, vale observar que a expansão da economia de mercado baseada na alta produtividade e consumo vem afetando essas populações. Para Diegues (2001, p. 97),

a pauperização dessas populações tradicionais como fruto desses processos, e muitas vezes a miséria extrema, associada à perda de direitos históricos sobre áreas em que viviam, tem levado muitas comunidades de moradores a sobre-explorar os recursos naturais.

Em muitos casos, sistemas tradicionais de manejo altamente adaptados a ecossistemas específicos caíram em desuso, tanto pela introdução da economia de mercado quanto em decorrência da desorganização ecocultural, ou ainda pela substituição por outros sistemas chamados “modernos”, impostos de fora das comunidades.

CONCLUSÃO

O livro abordou a natureza política, seletiva e diferencial da constituição das práticas ambientais no Brasil. A linha central de argumentação esteve focada numa leitura crítica sobre a gênese e o desenvolvimento do movimento ambientalista brasileiro, corroborada pela análise das entrevistas com representantes de ONGs sobre as características de seus projetos.

Nesse sentido, pudemos sustentar a tese de que as relações sociais que conformam as práticas ambientais no Brasil são do tipo “construtivista”, à maneira do entendimento habermasiano e rawlsiano sobre a vida nas sociedades democráticas. Esse entendimento sublinha a capacidade da cultura política de um povo de incorporar em seu sistema político novos valores como os valores ambientalistas. Dessa forma, há um aprendizado político e a incorporação efetiva de valores pela normatividade social. Tal é o que vem acontecendo com a sociedade moderna brasileira, na qual os ambientalistas legitimam projetos de intervenção social com o apoio financeiro do mercado e das agências de governo.

O potencial político transformador das práticas ambientais no Brasil foi fortemente destacado. A variedade de experiências ecológicas colhidas dos projetos referidos nas entrevistas com representantes de entidades ambientalistas nos serviu para identificar o conteúdo dos temas ambientais com especificidades que qualificam as várias posições-chave do ambientalismo, entre práticas antropocêntricas e ecocêntricas.

Destacamos, então, o caráter performático e inclusivo das práticas ambientais no Brasil, na tentativa de revelar o lugar da interioridade das práticas sociais proclamadas ecológicas, muito mais do que distinguindo rupturas históricas e heurísticas para a ordem social como o faziam as pesquisas governamentais que trataram com superficialidade a temática ambiental em meados da década de 1990.

Em outras palavras, o livro situa o leitor sobre especificidades de práticas ambientais que ilustram mudanças na sociedade brasileira, conseguindo, assim, superar a análise que distinguia o momento inaugural e emblemático dos primeiros levantes políticos de contestação, percebidos como históricos, heurísticos e disruptivos para a ordem social de modo apenas tópico. A abordagem dos conteúdos distintivos das práticas ambientais no Brasil mostrou o lugar de ação e de inclusão das práticas ecológicas, com sua linguagem de distinção e diferenciação. Com base no conceito habermasiano de racionalidade comunicativa, o esforço de análise das entrevistas com os ambientalistas desvelou orientações práticas de vida, que não metafísicas ou abstratas, sobre ecologia. Dessa forma, foi possível identificar, pelo caráter emancipatório da linguagem comunicada, o lugar dos valores proclamados ecológicos de acordo com as várias especificidades da cultura brasileira.

Essa perspectiva visou afastar uma leitura do movimento ambientalista centrada numa concepção de sociedade moderna brasileira considerada “inautêntica”, incapaz de entender uma lógica de sustentabilidade e de preservação da natureza. Ao contrário de um enfoque personalista e hierárquico de compreensão da problemática ambiental, existindo na oposição entre uma parcela rica, educada e com sensibilidade para a preservação, e outra considerada perdulária e que experiencia os problemas típicos de carência de modernidade, como ausência de políticas públicas, o trabalho de investigação sobre as especificidades da temática ambiental pressupôs uma concepção de sociedade industrial moderna com regras sociais impessoais determinadas pelas forças estruturais do mercado capitalista e do Estado

centralizador. Nessa sociedade, a opção por valores depende menos da escolha racional dos atores sociais do que das condições competitivas colocadas, embora essas opções possam significar manifestações culturais autênticas.

Da análise da política institucional democrática para a sustentabilidade, alguns pontos podem ser destacados de maneira a fomentar discussões para futuras pesquisas. Por exemplo, a polissemia do termo sustentabilidade foi estudada com o objetivo de criticar as aplicações inadequadas e oportunistas que têm sido utilizadas principalmente com o fim de justificar o desenvolvimento das forças econômicas do capitalismo. Em paralelo, a abordagem crítica do livro não deixou de considerar o fato de que o arcabouço institucional brasileiro para a área ambiental caracteriza-se por uma diversidade de inovações, dinâmica acentuada e inclusão de agendas de interesse das minorias e setores sociais subordinados. O reconhecimento das diferenças culturais e o abandono de uma política nacionalista assimilacionista por parte dos governos brasileiros, de Collor a Lula, demonstram uma efetiva inovação em termos de concepção de políticas públicas. Essas políticas públicas diferenciadas, que estão em curso, são mobilizadas pela sociedade civil organizada e incrementadas com recursos provenientes de órgão públicos, ministérios e iniciativa privada nacional e internacional, o que tem tornado o espaço público brasileiro menos hierarquizado e mais dinâmico.

A despeito dessa última consideração, a via estatal brasileira associada à sustentabilidade caracteriza-se por ser uma via de fraca capacidade de transformação da lógica de domínio irrestrito da natureza. Instituições como o Ministério Público e os Comitês de Gestão de Bacias Hidrográficas têm tido importância significativa para os setores da sociedade civil interessados em propor o equacionamento de temas e conflitos ambientais.

Nesses espaços públicos, no entanto, a sustentabilidade é entendida não raramente como um arrimo pertinente para redirecionar

e encobrir velhas temáticas, especialmente àquelas relacionadas com os conflitos e interesses de classes. Esse redirecionamento coloca-se como uma das maiores dificuldades a ser enfrentada com relação às mudanças necessárias de alcance da sustentabilidade, não apenas em razão da incapacidade governamental de incrementar políticas públicas equitativas, mas também com relação à percepção da sociedade em geral em ter em conta a solidariedade na forma de compartilhamento do meio ambiente comum.

Não há como não reconhecer um campo ambientalizado na vida política brasileira, que é estatal e paraestatal. Esse campo recebe pessoal qualificado, a maioria de especialistas recém-formados, que encontram ali oportunidade rara de emprego. Por outro lado, a dinâmica de institucionalização da questão ambiental vem favorecendo o diálogo de aproximação de grupos sociais sem nenhuma experiência prévia importante com a vida política. É o caso das categorias sociais apartadas da vida cidadina como ex-sem-terras assentados, ribeirinhos ligados ao movimento dos seringueiros, ou mesmo parceiros urbanos de vida afastada, a exemplo de pescadores, roceiros e extratores que habitam a faixa litorânea da Mata Atlântica e que passam a estar ligados a projetos de ONGs ambientalistas. São destaque as atividades desenvolvidas diretamente por populações tradicionais: as de cooperativismo, comercialização dos produtos e de sistema de manejo florestal. Por isso, a viabilidade da preservação das comunidades tradicionais em reservas tem sido entendida a partir de uma visibilidade econômica, afeita como está hoje à busca de alternativas de comercialização de seus produtos no mercado nacional das grandes cidades e no mercado internacional.

Com relação à política brasileira macroestruturante, pode-se concluir que o papel estatal tem sido fortemente marcado por uma preocupação de incremento da atividade de desenvolvimento industrial, criação de empregos e de controle da inflação. Os governos estaduais percebem a questão da sustentabilidade como uma política setorial de controle do desmatamento, proteção de áreas e reservas ambientais e de

incentivo ao turismo ecológico. Sendo assim, a democracia associada à sustentabilidade somente pode ser caracterizada como uma via de baixa ou fraca capacidade de transformação da lógica de domínio da natureza diante da hegemonia de poder do sistema capitalista, promotor das desigualdades sociais e dos problemas ambientais. É por isso que declarações oficiais de governo manifestam uma preocupação com o desenvolvimento sustentável, mas quando se referem concretamente a projetos de desenvolvimento não hesitam em considerar a questão ambiental como um “entreve”. A respeito dessa situação, figuram os casos recentes de duplicação de estradas, construções de usinas hidroelétricas e termoelétricas, além das discussões sobre o plantio de sementes modificadas geneticamente.

No que concerne à política internacional, convém também pontuar a existência de uma lógica estruturante de políticas de sustentabilidade que tem levado à tomada de novas posições do governo brasileiro em fóruns internacionais. Entre elas, é destaque a sua posição de articulador de negociações em favor de políticas compensatórias em matéria de sequestro de carbono. Essas políticas conduzem a problemática das mudanças climáticas para uma perspectiva de tratamento em que o clima passa a ser tratado segundo a lógica da mercadoria.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; JORGE, K. D. Descentralização da gestão da água: por que os comitês de bacia estão sendo criados? *Ambiente & Sociedade*, Campinas: Nepam/Unicamp, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005.
- ACSELRAD, H. (Org.). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.
- ACOT, P. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992.
- ALEXANDRE, A. F. Atores e conflitos sócio-ambientais na esfera jurídico-estatal de Florianópolis. Uma crítica ao papel do ministério público. *Revista de Ciências Humanas*, UFSC, Florianópolis, n. 26, out. 1999.
- ALEXANDRE, A. F. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro*. Florianópolis: Editora da UFSC; Blumenau: Editora da FURB, 2000.
- ALEXANDRE, A. F. Os ecologistas sabem fazer política? *Ambiente & Sociedade*, Campinas: Nepam/Unicamp, ano 4, n. 8, 1º semestre de 2001.
- ALEXANDRE, A. F. *Ambientalismo político, seletivo e diferencial no Brasil*. 2003. 196 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- ALEXANDRE, A. F. *Políticas de resolução de conflitos socioambientais no Brasil*: o papel do Ministério Público e dos movimentos ambientalistas na Ilha

de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC; Blumenau: Editora da FURB, 2004.

ALEXANDRE, A. F. Referenciais epistemológicos preliminares da ecologia política. *Cadernos de Ecologia Política*, n. 1, 2004. Disponível em: <www.cfh.ufsc.br/~iep>. Acesso em: 26 mar. 2008.

ALEXANDRE, A. F.; ANDREATA; MINATTI, M. Conflitos sociambientais e o papel do ministério público: o caso de Blumenau, SC, Brasil. *Revista de Ciências Humanas, UFSC*, Florianópolis, n. 32, out. 2002.

ALEXANDRE, A. F.; JENSEN, M. A política do ministério público federal para a resolução dos conflitos sociambientais de Blumenau (1998-1999). *Griffos*, Chapecó: Argos, n. 12, maio 2002.

ALEXANDRE, A. F.; KRISCHKE, P. Aspectos da institucionalização das políticas de sustentabilidade no Brasil. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERTHESIS*, Florianópolis: PPGICH – UFSC, v. 3, n. 2, Florianópolis: PPGICH – UFSC, jul./dez. 2006.

ALIER, J. M. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: Editora da FURB, 1998.

ARAÚJO, C. et al. (Org.). *Política e valores*. Brasília: UnB, 2000.

BARBOSA, R. N. C. *A economia solidária como política pública*. São Paulo: Cortez, 2007.

BARTEMUS, P. *Environment and development*. London: Allen & Umwin, 1998.

BENJAMIN, C. *Diálogo sobre ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BRÜGGER, P. *Educação ou adestramento ambiental?* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. (Coleção Documentos Brasileiros, n. 118).

CARVALHO, I.C.M. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

- CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- COHEN, J. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 3, 2003.
- CORDANI, U. G. (Org.). *A Rio-92 cinco anos depois: avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável cinco anos após a Rio-92*. São Paulo: Alphagraphis, 1997.
- CRESPO, S. *O que o brasileiro pensa do meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade*. Rio de Janeiro: MMA/MAST/ISER, 1998.
- CRESPO, S.; LEITÃO, P. *O que o brasileiro pensa da ecologia*. Rio de Janeiro: MAST/CNPQ/CETEM/AGÊNCIA O ESTADO/ISER, 1993.
- DaMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- ECKERSLEY, R. *Environmentalism and political theory: toward an ecocentric approach*. New York: UCL Press, 1992.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. v. 1 e 2.
- FEENY, D. Formas de propriedade e acesso aos recursos naturais: uma evolução da análise interpretativa sobre a “evidência” em torno da tragédia dos *commons*. *Gaceta Ecológica*, México: [s.n.], 1997.
- FERREIRA, L. C. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo: Nepam/Unicamp, ano 2, n. 5, 1999.
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime econômico patriarcal*. 47. ed. São Paulo: Global, 2003.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio/ Instituto

Nacional do Livro/ Pró-Memória, 1985. (Coleção Documentos Brasileiros, n. 66).

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FUKS, M. *Arenas de ação e debate públicos: os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985-1992)*. 1997. 417 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

FUKS, M. *Do discurso ao recurso: uma análise da proteção judicial ao meio ambiente do Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*, Caxambu, 1994.

GABEIRA, F. A idéia de um Partido Verde no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1992.

GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

HABERMAS, J. *The theory of communicative action*. UK: Polity Press, 1984.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: Entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 1 e 2, 1997.

KRISCHKE, P. A cultura política pública em J. Rawls: contribuições e desafios à democratização. In: FELIPE, S. (Org.). *Justiça como equidade: fundamentações e interlocuções polêmicas*. Florianópolis: Insular, 1997.

KRISCHKE, P. Aprender a democracia na América Latina: notas sobre o aprendizado político e as teorias da democratização. In: LEIS, H.; SCHERER-WARREN, I.; COSTA, S. (Org.). *Modernidade crítica e modernidade acrílica*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

INGLEHART, R. *Modernization and postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

- LEFF, E. Ignacy Sachs y el ecodesarrollo. In: VIEIRA, P. F. et al. (Org.). *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Inacy Sachs*. Florianópolis: Associação de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento (EPAD); Porto Alegre: Pallotti, 1998.
- LEIS, H.; SCHERER-WARREN, I.; COSTA, S. (Org.). *Modernidade crítica e modernidade acrítica*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- LOUREIRO, C. F. B. et al. (Org.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MAC CORMICK, J. *Rumo ao paraíso*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- MASLOW, A. *Introdução à psicologia do ser*. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca Ltda., 1972.
- MONOSOWSKI, E. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. *Cadernos FUNDAÇÃO*, São Paulo, ano 9, n. 16, 1989, p. 15-24.
- MONOSOWSKI, E. *Avaliação de impacto ambiental*. São Paulo: USP, 1993.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- PÁDUA, J. A. (Org.). (1987). *Ecologia e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1992. (Coleção Pensando o Brasil, 4).
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992.
- RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. Brasília: UnB, 1981.
- RAWLS, J. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. *Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n. 25, 1992.
- RAWLS, J. *Justiça e democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SOUZA, E. A. F.; DURANDEGUI, A. B. Representações sociais sobre o meio ambiente entre ecologistas ligados a ONGs no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, UFSC, n. 32. out. 2002.
- SOUZA, J. *A modernização seletiva*. Brasília: UnB, 2000.

SOUZA, J. Democracia e personalismo para Roberto DaMatta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos? In: SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UnB, 2001a.

SOUZA, J. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. In: SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UnB, 2001b.

SOUZA, J. Processo civilizador na periferia: segregação social e unidade cultural. In: LEIS, H.; SCHERER-WARREN, I.; COSTA, S. (Org.). *Modernidade crítica e modernidade acrítica*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001c.

SOUZA, J.; HOELLINGER, F. Modernização diferencial e democracia no Brasil: uma tentativa/teórico/empírica de interpretação. In: ARAÚJO, C. et al. (Org.). *Política e valores*. Brasília: UnB, 2000.

SOUZA, J. T. P.; LÜCHMANN, L. H. H. Globalização, democracia exclusão e geração: faces e interfaces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. Texto apresentado no seminário “Globalization and New Subjectivities: movements and rupture”, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Paris, 11 e 12 de Junho de 2004.

SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TAYLOR, C. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis: APED/ SECCO, 2005.

VIOLA, E.; VIEIRA P. F. Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista brasileiro. *Revista de*

Administração Pública, São Paulo, out./dez., 1992.

VIOLA, E. et al. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

VIOLA, E.; LEIS, H. R. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H. R. *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes/Fase/AIRI-PUC-Rio, 1991.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Parte I: A política como vocação. A ciência como vocação. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1997.

WEBER, M. *Economia e sociedade*, Brasília: UnB, 1998. (v. 1 e 2).

Este livro foi editorado com as fontes Adobe Garamond Pro, Chaparral Pro e Gill Sans. Miolo em papel pólen *soft* 80g; capa em cartão supremo 250g. Impresso no Parque Gráfico da Universidade Federal de Santa Catarina em sistema de impressão *offset*.

Este trabalho discute as mudanças da vida democrática brasileira a partir da incorporação da ideia de sustentabilidade. Como se articulam os ambientalistas na cena política, quais os principais projetos que defendem e – embora de forma não comunicada diretamente – como se posicionam ideologicamente. Mostra o envolvimento dos verdes com as comunidades onde eles atuam, com o mercado e com o Estado. As práticas ambientais discutidas aqui são práticas de vida, de como as pessoas realmente se envolvem com questões ambientais.

